

RELATÓRIO ESPECIAL DO CEEA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África

Davin O'Regan e Peter Thompson

Junho de 2013



O Centro de Estudos Estratégicos de África

O Centro de Estudos Estratégicos de África apoia o desenvolvimento de políticas estratégicas dos EUA que visam a África, oferecendo programas académicos de alta qualidade e relevantes, fomentando a consciencialização e o diálogo sobre as prioridades estratégicas dos EUA e assuntos relacionados com segurança em África, criando redes de líderes militares e civis africanos, americanos, europeus e internacionais, assistindo as autoridades dos EUA na formulação de políticas eficazes para África e articulando as perspectivas africanas a autoridades dos EUA.

**Promover a Estabilidade e a
Reconciliação na Guiné-Bissau:
Lições do Primeiro Narco-Estado
de África**

Relatório Especial do CEEA Nº 2

Junho de 2013

Centro de Estudos Estratégicos de África
Washington, D.C.

As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do departamento de defesa dos estados unidos ou qualquer outro órgão do governo federal. Aprovado para divulgação pública; distribuição ilimitada.

Pode ser citada ou reproduzida qualquer parte deste estudo, sem autorização, desde que seja referido o nome da fonte original. A Tipografia da CEEA agradece que lhe seja enviada uma cópia das reproduções ou críticas.

Primeira impressão, Junho de 2013

Para mais informações sobre o CEEA, visite o Web site <http://africacenter.org>.

CONTEÚDO

SUMÁRIO.....	I
AGRAVAMENTO DO CICLO DE VIOLÊNCIA E REPERCUSSÕES REGIONAIS.....	3
INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS.....	6
O VENCEDOR FICA COM TUDO.....	10
ARMAS, DROGA E RECURSOS ILÍCITOS.....	18
RIVALIDADE ENTRE ETNIAS.....	24
PARCEIROS INTERNACIONAIS POUCO CREDÍVEIS.....	26
ANÁLISE: DE ESTADOS FRÁGEIS A NARCO-ESTADOS.....	31
RECOMENDAÇÕES.....	36
Reformas políticas e de governação.....	36
Lidar com o passado.....	38
Despolitizar as Forças Armadas.....	39
Travar a progressão do narco-Estado.....	42
Pressionar os infractores.....	45
Capacitar a sociedade civil e os meios de comunicação independentes.....	46
Harmonizar as abordagens internacionais.....	47
CONCLUSÃO.....	49
NOTAS.....	50
SOBRE OS AUTORES.....	54

SUMÁRIO

Uma série de crises que perdura há mais de uma década transformou a Guiné-Bissau num dos Estados mais frágeis de África. Este ciclo contínuo de violência política, instabilidade e governação deficiente agravou-se ainda mais nos últimos anos, especialmente na sequência do golpe militar de Abril de 2012. As redes de tráfico, aproveitando a instabilidade, cooptaram líderes políticos e militares relevantes e transformaram a Guiné-Bissau num centro de comércio ilícito, em particular do tráfico internacional de cocaína, que movimentou milhares de milhões de dólares e contribuiu directamente para a instabilidade na Guiné, Libéria, Mali, Mauritânia, Nigéria e Senegal, além doutros países em África. Grupos do crime organizado europeus e africanos também forjaram ligações com o tráfico na Guiné-Bissau. Atraídos pelos enormes lucros gerados, a al Qaeda no Magreb Islâmico e outros movimentos extremistas na África Ocidental cultivam ligações com o tráfico de droga na Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau, hoje frequentemente designada como o narco-Estado do continente africano, transformou-se num pólo regional de instabilidade.

As respostas da Guiné-Bissau a estas crises, no entanto, têm sido de curta duração e descurado as profundas deficiências e vulnerabilidades institucionais do país. Os confrontos ocorridos no seio das Forças Armadas, golpes de Estado e recorrentes assassinatos por motivos políticos têm suscitado a condenação dos parceiros regionais e internacionais e dado azo a pedidos de investigação ou de novas eleições, sem no entanto provocar reformas genuínas. Pelo contrário, muitos dos responsáveis pelas crises da Guiné-Bissau mantêm ou até consolidaram a sua influência e posição. Entretanto, o crescimento económico tem sido esporádico, os indicadores de desenvolvimento humano estagnaram e está iminente uma situação de emergência humanitária que põe em risco a vida de 300 mil pessoas. Apesar do impacto mediático destas crises, são sistematicamente ignorados os factores que estão na origem da instabilidade, nomeadamente um sistema político caracterizado pela autoridade quase absoluta do poder executivo e um sector da segurança cada vez mais envolvido na vida política. A sucessão de crises é deste modo inevitável. Ao mesmo tempo que os narcotraficantes se interessaram pela Guiné-Bissau pelas suas deficiências de supervisão e governação, o narcotráfico agravou drasticamente estas fraquezas geradoras de instabilidade e criou novos problemas.

Apesar dos graves desafios que a Guiné-Bissau enfrenta, novos agentes da sociedade civil e instituições democráticas têm dado passos para criar as bases necessárias para a reforma. São eles um sector de comunicação social independente, diversos grupos de direitos humanos bem organizados e respeitados, uma força policial melhorada e uma legislatura nacional, que representam uma rede essencial para a reforma do Estado e que têm conseguido ocasionalmente exercer alguma influência. Estes intervenientes da sociedade civil e os reformadores independentes estão contudo sujeitos a uma pressão crescente das Forças Armadas, cada vez mais poderosas, e de uma liderança política que tem usufruído das receitas cada vez mais elevadas do tráfico.

O motor da instabilidade na Guiné-Bissau é o chamado regime político de “o vencedor fica com tudo”. Para romper o ciclo de violência e instabilidade, a Guiné-Bissau precisa de dotar-se de mecanismos sólidos de equilíbrio de poderes e reduzir a concentração da tomada de decisões no Gabinete do Presidente. Isto passa

pela consagração legal do papel doutros órgãos oficiais no que respeita à autorização de despesas públicas e nomeações governamentais, entre outras responsabilidades. A gestão e missão das Forças Armadas deve também ser submetida a uma avaliação objectiva e equilibrada. Para tornar-se um interveniente construtivo, esta instituição, cujas hierarquias exercem grande poder, deve rever as suas políticas de promoção, reformas e recrutamento, e dar lugar a uma força mais dinâmica, equilibrada a nível étnico e concebida para lidar com ameaças concretas. A estabilização vai exigir, de igual forma, a defesa dos agentes da sociedade civil, uma vez que são eles os instigadores das mudanças a nível interno. Nas esferas política e militar as reformas institucionais carecem de um esforço continuado de reconciliação, para sarar as feridas abertas entre as elites, e entre o Estado e a sociedade, herdadas de anos de abusos, golpes de estado, assassinatos e conspirações políticas que ficaram impunes.

As divisões existentes na Guiné-Bissau não permitem estabilizar a situação por meios exclusivamente nacionais e tornam indispensável um acompanhamento permanente dos parceiros internacionais. Apesar de a situação na Guiné-Bissau ser muitas vezes encarada como um problema exclusivamente interno, a instabilidade do país insere-se num contexto de criminalidade transnacional que constitui uma ameaça para a segurança regional e internacional. Deste modo, os países vizinhos, bem como a Europa e os Estados Unidos, têm um interesse directo na estabilização da Guiné-Bissau. Para atingir este objectivo, os parceiros internacionais devem intensificar esforços para detectar e travar o tráfico marítimo e aéreo que assegura o transporte a granel de narcóticos para África através da Guiné-Bissau. Os parceiros internacionais devem empenhar-se em investigar e combater judicialmente as redes de tráfico, as quais possuem activos e bases operacionais em jurisdições que vão muito para além da Guiné-Bissau. Combater o tráfico na Guiné-Bissau vai exigir um esforço multinacional competente para restabelecer os poderes do sector judicial, a aplicação da lei e os quadros jurídicos e regulatórios associados. Uma iniciativa deste tipo deveria inspirar-se da singular iniciativa conjunta Organização das Nações Unidas-Guatemala, destinada a combater o crime organizado e a reforçar os meios oficiais de luta contra o crime neste país.

Os esforços de estabilização da Guiné-Bissau podem apontar diversas pistas úteis para prevenir e travar o aparecimento doutros narco-Estados em África, um risco cada vez mais real, considerando o aumento do tráfico de cocaína, heroína e anfetaminas no continente. A Guiné-Bissau pode muito bem ser apenas o primeiro narco-Estado de África, pois sinais cada vez mais evidentes no Mali, Gâmbia, Gana, Nigéria, Moçambique, Quênia e outros países mostram que não é o único país confrontado com os efeitos perniciosos do narcotráfico sobre a segurança, o desenvolvimento e a governação.

AGRAVAMENTO DAS CRISES E REPERCUSSÕES REGIONAIS

Nenhum presidente eleito concluiu até hoje o seu mandato. Todos à excepção de um foram depostos pelas forças armadas, incluindo num golpe de Estado perpetrado em plenas eleições nacionais, em Abril de 2012. Um foi assassinado por soldados em 2009. Três dos cinco anteriores Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas foram assassinados e um foi exilado por um militar rival. Um antigo Chefe da Marinha foi preso em águas internacionais e o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas foi formalmente acusado pelas autoridades dos EUA no seguimento de uma operação relâmpago contra o narcotráfico em Abril de 2013. Em suma, a Guiné-Bissau tem-se pautado por crises sucessivas desde a década de 1990.

As intrigas entre civis e militares agravaram-se continuamente nos últimos anos. Activistas políticos, empresários, candidatos, jornalistas, alguns oficiais das Forças Armadas e outras personalidades de destaque são vítimas de detenções arbitrárias, espancamentos e assassinios em circunstâncias nunca esclarecidas ou forçados ao exílio. Após o golpe militar de Abril de 2012 as autoridades impuseram restrições draconianas, tendo proibido nomeadamente manifestações e discussões sobre o golpe ou a investigação de homicídios e outros crimes não esclarecidos.¹ Sintomático da deterioração do Estado de Direito é o facto de, sempre que surge uma crise no país, personalidades da sociedade civil procurarem refúgio em embaixadas estrangeiras para evitar a prisão. As Forças Armadas, por seu lado, estão cada vez mais fragmentadas. Em Outubro de 2012, vários soldados foram mortos num incidente que as Forças Armadas descreveram como um contragolpe. Dias depois, um oficial de alta patente, que se presumia estar exilado em Portugal, foi preso perto de Bissau e, junto com outros militares, acabou por ser condenado por um tribunal militar a vários anos de prisão pelo planeamento e organização do ataque que vitimara os soldados em Outubro de 2012. No fim de Dezembro de 2011, facções rivais do exército envolveram-se em confrontos de rua. A divisão cada vez profunda no seio das Forças Armadas alimenta as crises políticas recorrentes da Guiné-Bissau.

A desordem é agravada pela corrida aos lucros das remessas de cocaína que transitam pela Guiné-Bissau. O narcotráfico surgiu em meados dos anos 2000 e tem aumentado continuamente. Estima-se que em 2012² tenham entrado semanal ou quinzenalmente no país grandes quantidades de narcóticos e que só de Abril a Julho do mesmo ano tenham chegado pelo menos 25 toneladas de cocaína.³ O que significa que transitou pela Guiné-Bissau, em menos de 4 meses, mais de metade do total anual de cocaína que se estima ser traficada em toda a África Ocidental. As receitas crescentes do tráfico de droga, passíveis de rivalizar em valor com as da totalidade da economia da Guiné-Bissau,⁴ subverteram de forma muito grave a governação e segurança do país. Hoje a Guiné-Bissau é o país amplamente considerado como o primeiro narco-Estado de África.

A instabilidade prejudica todos os progressos relevantes em matéria de desenvolvimento na Guiné-Bissau. Entre 1980 e 2012, o país registou uma taxa média anémica de 0,4% de crescimento económico anual. Em 30 anos, o rendimento real per capita aumentou apenas 5%, de 158 dólares US\$ para 166 por ano. A mortalidade infantil permanece 40% superior à média africana subsaariana. Desde o início da década de 2000 que não são recolhidos diversos outros dados, como os relativos à taxa de matrículas escolares,

despesa do governo e outros parâmetros chave de desempenho dos esforços de desenvolvimento, o que é mais um sintoma do colapso das instituições e dos serviços básicos.

A situação dos guineenses piorou desde o golpe de Estado de 2012. A economia sofreu uma contracção de 2,5% em 2012. A indústria vital de castanha de caju, que emprega 80% da força laboral, registou uma quebra de 50% da sua exportação. O choque na economia reflectiu, em grande medida, a paralisia na governação após o golpe — situação esta que nunca regressou plenamente à normalidade. O encerramento de bancos e de agências de transferência de dinheiro afastou muitos compradores e comerciantes. Alguns



Fonte: CIA World Factbook. Modificado pelo autor.

compradores de relevo ficaram com receio de viajar para a Guiné-Bissau.⁵ Além disso, as deslocações de habitantes causadas pelo golpe afectaram a época de colheitas de Abril a Junho. A instabilidade fez subir para quase o dobro o preço do arroz, o alimento básico do país, dois terços do qual é importado. Os agricultores, forçados a gastar parte maior dos seus limitados recursos em alimentos viram reduzida a sua capacidade de adquirir sementes e outras matérias primas para a época seguinte, perpetuando o ciclo.⁶ Em suma, o golpe mergulhou uma economia já fragilizada numa perigosa espiral. Em Março de 2013, o Programa Alimentar Mundial (PAM) lançou pela primeira vez em vários anos um apelo de ajuda alimentar de emergência para a Guiné-Bissau, destinada a quase 300 mil pessoas.⁷

A falta de oportunidades no país também agrava os problemas inerentes às disputas políticas. A escassez de meios de rendimento provoca uma corrida aos cargos públicos e respectivos recursos. De igual forma, são limitadas as possibilidades de obter uma posição nas Forças Armadas e de aceder à influência que a mesma acarreta, o que agrava as tensões e a competição entre os militares. Mesmo para os que ocupam posições de poder, torna difícil gerir redes de apoiantes e patrocinadores no contexto de um crescimento tão anémico. Por conseguinte, outros “mecanismos de autofinanciamento”, como o tráfico de armas e de drogas, vão se tornando cada vez mais irresistíveis.

A Guiné-Bissau é um país frequentemente negligenciado numa região a braços com muitos outros problemas de segurança. Contudo, embora seja um pequeno país de apenas 1,6 milhões de habitantes, a sua instabilidade permanente, e especialmente o papel central que ocupa no narcotráfico, tem prejudicado gravemente a estabilidade no Norte e Ocidente de África. Em Novembro de 2009, por exemplo, um Boeing 727 que alegadamente transportava várias toneladas de cocaína e cujos destroços foram encontrados no deserto, perto da cidade de Gao, no Norte do Mali, estava registado na Guiné-Bissau em nome de uma empresa senegalesa.⁸ Considerando a autonomia de voo de um 727 e a distância do seu ponto de partida presumido na Venezuela, a aeronave não poderia ter feito a viagem para o Mali sem efectuar uma escala na Guiné-Bissau ou noutro país litoral da África Ocidental. Da mesma forma, considerando a extensão das rotas do tráfico com destino e através da África Ocidental, é inevitável que as remessas cada vez mais numerosas que chegam à Guiné-Bissau transitem por países vizinhos da África Ocidental antes de chegarem aos seus destinos finais na Europa. Com o aumento do tráfico cresce também a criminalidade relacionada. O capital vinculado ao narcotráfico precisa de encontrar canais de branqueamento, o que resulta, muitas vezes, na compra de propriedades no Senegal ou na Gâmbia, em trocas por ouro, diamantes e outras matérias-primas na Libéria, ou em investimentos duvidosos e negócios improdutivos noutros locais, o que exclui do mercado muitos empresários legítimos.

A rebelião que dura há 30 anos em Casamance, a região mais meridional do Senegal, tem também fortes ligações com a vizinha Guiné-Bissau. Rebeldes do Senegal e elementos das Forças Armadas da Guiné-Bissau e da elite política combateram lado a lado e uns contra os outros em conflitos anteriores. Grupos islâmicos radicais como a al Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI) e grupos do crime organizado em África também aproveitam a instabilidade na Guiné-Bissau para desenvolverem a sua actividade. No início de 2008, dois membros do AQMI foram detidos num hotel de luxo em Bissau, onde se haviam refugiado após o assassinato

de quatro turistas franceses na Mauritânia, em Dezembro de 2007. Relatos dispersos indicaram também que membros da AQMI terão visitado Bissau para coordenar o narcotráfico trans-Saheliano com as redes criminosas latino-americanas.⁹ Os sindicatos do crime nigerianos têm também aproveitado amplamente a escassa supervisão das autoridades na Guiné-Bissau. A vasta comunidade libanesa em Bissau levanta suspeitas ligadas à presença do movimento islâmico Hezbollah,¹⁰ ligado ao tráfico de cocaína no Benim, Nigéria e outros países da África Ocidental. Grupos de crime organizado em Portugal, Espanha e Reino Unido, entre outros, estão também envolvidos nas redes de tráfico na Guiné-Bissau.

À medida que os sinais do tráfico de heroína, cocaína e anfetamina se multiplicam no Quênia, Moçambique, Nigéria, Mali, Gana, África do Sul e outros países africanos, as lições aprendidas com a situação na Guiné-Bissau representam um contributo cada vez mais importante para uma estratégia de contenção daquilo que se afigura ser hoje uma ameaça crescente para todo o continente africano.

A instabilidade da Guiné-Bissau tem sido muito menosprezada e vista como um fenómeno isolado. Entretanto, os problemas disseminaram-se. A sucessão interminável de disputas, golpes de Estado e crises políticas no país constituem agora uma ameaça permanente à estabilidade regional no seu conjunto. No entanto, os factores de instabilidade na Guiné-Bissau são mais complexos do que a crise do momento. São problemas de longa data que precisam de ser resolvidos para interromper o ciclo de violência na Guiné-Bissau e a ameaça regional que o país representa. Merecem destaque três problemas interligados: a instrumentalização política das Forças Armadas, a corrida ao poder no pressuposto de que “o vencedor fica com tudo” e a influência do narcotráfico. Ao mesmo tempo, as divisões étnicas nas Forças Armadas e os conflitos de interesses entre intervenientes internacionais estabelecidos no país constituem um novo desafio que complica ainda mais os esforços de reforma. Este conjunto de questões prejudica cada vez mais os esforços de estabilização na Guiné-Bissau.

INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS

As relações entre civis e militares na Guiné-Bissau deterioraram-se de forma significativa na última década, devido à ingerência constante dos militares na vida política, às divisões no seio das Forças Armadas e à destruição do profissionalismo no sector da segurança.

No passado, as Forças Armadas da Guiné-Bissau e o exército foram amplamente respeitados pela população. As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), nome pelo qual ainda hoje são conhecidas, travaram de 1963 até 1974 uma guerra muitas vezes brutal pela independência do domínio português. Durante a guerra civil de 1998-1999, o número de militares triplicou com a revolta que acabou por conduzir ao exílio o autoritário e impopular Presidente João Bernardo “Nino” Vieira. Numa nação que havia sofrido anos de autoritarismo, instabilidade e estagnação ao longo do período pós-independência, as Forças Armadas foram muitas vezes celebradas como libertadoras de um povo oprimido.

Esta popularidade criou raízes profundas na sociedade da Guiné-Bissau, em particular nas cúpulas militares, onde gerou um crescente sentimento de poder, e acabou por influenciar o país e as suas orientações políticas. A Constituição do país, redigida em 1984, e revista em 1996, consagra às Forças Armadas um tratamento emblemático desta visão. Com efeito, o documento legal não se limita a abordar as Forças Armadas como uma instituição do Estado, mas inclui referências a oficiais específicos a quem são atribuídas regalias e privilégios especiais. No capítulo dos “Princípios Fundamentais” da Constituição, o Artigo 5º “proclama a gratidão eterna da [Guiné-Bissau] ao combatente que, pelo seu sacrifício voluntário, garantiu a libertação da Pátria do jugo estrangeiro, reconquistando a dignidade e o direito do nosso povo à liberdade, ao progresso e à paz”. Estipula ainda que os “combatentes da liberdade” com direito constitucional a determinadas regalias pela sua contribuição são os activistas inscritos no movimento de libertação desde a sua criação em 19 de Setembro de 1956 — dez anos antes da FARP — até 24 de Setembro de 1973, poucos meses antes de o país ter conquistado a sua independência de Portugal.

Com efeito, a maioria dos oficiais superiores guineenses ainda corresponde à designação contida na Constituição de “combatente da liberdade”, 40 anos após o fim da guerra de libertação. Por isso, as Forças Armadas da Guiné-Bissau no seu conjunto são antiquadas, têm excesso de oficiais, estão sobredimensionadas e sofrem de esclerose institucional. Mesmo após a campanha de desmobilização realizada após a guerra civil de 1998-1999, que reduziu o exército aproximadamente a metade, a proporção entre tropas e população continua a corresponder ao dobro da média registada na África Ocidental. Segundo um estudo realizado em 2008 (Consultar o Quadro 1), mais de metade dos militares tem idade superior a 40 anos, e 45% de todos os efectivos no activo somam mais de 20 anos de serviço. As tropas estão extremamente concentradas na capital, com 70% aquarteladas em Bissau. O número de oficiais das Forças Armadas corresponde ao dobro do número de soldados. Em suma, em vez de serem uma instituição eficiente e dedicada à missão de servir o Estado, as Forças Armadas são um clube elitista de indivíduos mais velhos que age geralmente em prol de interesses pessoais. Nas promoções, os critérios de mérito, desempenho e capacidade de liderança estão subordinados a critérios de lealdade pessoal ao chefe, hierarquia e nepotismo.

Tais deficiências institucionais têm contribuído para a ingerência cada vez maior das Forças Armadas na vida política do país. Um capítulo marcante da deterioração das relações entre civis e militares foi a guerra civil de 1998-1999 na Guiné-Bissau. O então Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, General Asumane Mané, desencadeou o conflito em 1998 após ter sido demitido pelo então Presidente Nino Vieira devido a alegado envolvimento em tráfico de armas destinadas ao Movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC), um grupo de rebeldes do Senegal. (Posteriormente ficou provado que Nino Vieira estava também envolvido no tráfico de armas). No entanto, Nino Vieira enganou-se nos cálculos e obteve um apoio mínimo entre as Forças Armadas e a população, tendo sido forçado, perante a revolta de Mané, a recorrer a 2 000 soldados mobilizados à pressa no Senegal e na Guiné. Este último, com o apoio da maior parte do país, venceu em 1999, e Vieira fugiu para Portugal. Desde então as relações entre civis e militares só pioraram na Guiné-Bissau.

Em 1999 e 2000, após a guerra civil, realizaram-se eleições legislativas e presidenciais, sem a candidatura do General Mané. Tornou-se no entanto óbvio que Mané recusaria renunciar à sua recém-adquirida influência na escolha de figuras de chefia, capazes de proteger os militares de quaisquer dirigentes civis mais autocráticos. Pouco depois das eleições presidenciais de 2000, foi afixada uma placa de “Co-Presidente” na porta do gabinete de Mané, que passou a ignorar ou rejeitar medidas tomadas pelo novo governo civil para promover ou deslocar tropas e oficiais. Entretanto, Mané começou a perder apoios no seio das Forças Armadas devido à sua participação cada vez maior na luta política. Alguns membros das Forças Armadas tomaram o partido do recém-eleito Presidente Kumba Ialá, que tentara consolidar a sua autoridade junto das bases ao favorecer a sua própria etnia Balanta. Ialá ordenou a prisão de Mané por subversão e Mané foi assassinado em Novembro de 2000 por soldados leais ao seu sucessor, o Chefe de Estado-Maior General Veríssimo Correia Seabra.

Quadro 1. Composição demográfica das Forças Armadas da Guiné-Bissau		
		Proporção do total (%)
Patente	Oficiais	42%
	Sargentos e Cabos	38%
	Soldados rasos	20%
Ramos	Exército	86%
	Força Aérea	4%
	Marinha	10%
Faixa etária	20 anos ou menos	0.1%
	De 20 a 40 anos	44%
	De 40 a 60 anos	51%
	Mais de 60 anos	5%
Tempo de serviço	Menos de 5 anos	33%
	De 5 a 20 anos	23%
	De 20 a 30 anos	20%
	Mais de 30 anos	25%

Fonte: Resultados de um estudo realizado em 2008 a pedido do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau.¹¹

Depois de Mané, outros militares de alta patente continuaram a imiscuir-se nas rivalidades políticas. Em 2003, o General Seabra destituiu o Presidente Kumba Ialá, que tinha perdido popularidade, pelo seu comportamento cada vez mais imprevisível e por ser considerado responsável pela ineficácia geral do governo perante a crise económica. À semelhança de Mané, Seabra presidiu ao regresso a um governo civil e à convocação de eleições, mas a fragmentação das Forças Armadas agravou-se à medida que os diversos

grupos se alinhavam com diferentes oficiais e facções militares. Seabra tornou-se mais uma vítima desta deterioração e foi assassinado numa revolta em 2004. O General Batista Tagme Na Wai ascendeu à chefia das Forças Armadas após a morte de Seabra. A escolha de Na Wai, determinada em grande medida pelas chefias militares, e não pelo governo civil, foi mais um sinal da elevadíssima conflitualidade existente na cúpula das Forças Armadas. Na Wai era membro do grupo étnico do ex-Presidente Ialá, os Balantas, mas vários elementos do seu círculo e oficiais recém-promovidos eram apoiantes do ex-Presidente Nino Vieira, numa tentativa de promover um equilíbrio delicado entre grupos rivais das Forças Armadas e da classe política civil.¹²

As relações entre civis e militares continuaram a deteriorar-se. O General Na Wai tinha um relacionamento extremamente antagónico com o Presidente Nino Vieira, que havia regressado do exílio e vencido a segunda volta das eleições presidenciais de 2005, como candidato independente, por uma pequena margem. Quando em Novembro de 2008 as chamadas tropas amotinadas atacaram o palácio presidencial,¹³ um soldado foi morto e o General Na Wai sobreviveu a uma “bala perdida” disparada pela segurança de Vieira contra a sua escolta de veículos.¹⁴ Considerou-se que os incidentes haviam sido orquestrados por ambas as partes. Em 1 de Março de 2009, Na Wai foi assassinado num atentado bombista. Horas mais tarde, tropas leais a Na Wai invadiram a residência presidencial, torturaram e executaram a tiro Nino Vieira. Posteriormente, foi revelado que a bomba usada para assassinar Na Wai era mais sofisticada do que qualquer engenho anteriormente visto na Guiné-Bissau. O explosivo terá vindo da Tailândia, o que suscitou conjecturas de que os cartéis do narcotráfico latino-americano possam ter patrocinado uma ligação entre os adversários de Na Wai em Bissau e destacados traficantes de armas.¹⁵

Sucedeu a Na Wai o Vice-Almirante José Zamora Induta, um adjunto do General Mané durante a guerra civil. Induta ocupou o cargo durante apenas um ano, até 1 de Abril de 2010, quando o seu adjunto, o General António Indjai ordenou sem dar explicações a sua prisão e a doutros oficiais das Forças Armadas, assim como a do Primeiro-Ministro Carlos Gomes Jr., que tinha aspirações presidenciais. Este último, em particular, era um declarado apoiante dos rivais de Indjai nas Forças Armadas e estava a promover mudanças de fundo no sector de segurança. Indjai proclamou-se Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas. Gomes Jr. acabou por ser libertado sob a intensa pressão de grandes manifestações públicas, dos líderes influentes da sociedade civil e dos parceiros internacionais. O Vice-Almirante Induta e outro oficial permaneceram detidos durante 8 meses sem culpa formada.

A partir de então a desconfiança entre Indjai e Gomes Jr. só se agravou. Em Abril de 2012, Indjai prendeu novamente Gomes Jr., em vésperas de este vencer a segunda volta das eleições presidenciais, e, desta vez, Indjai não voltou atrás. Indjai acusava Gomes Jr. de colaborar com Angola e de ter mobilizado várias centenas de tropas no âmbito de uma missão angolana de assistência técnica na Guiné-Bissau. Indjai desconfiava da missão angolana, destinada, na sua opinião, a enfraquecer as Forças Armadas da Guiné-Bissau e a consolidar posições no país. Acima de tudo, Gomes Jr., se eleito Presidente, e em virtude da sua considerável influência política, estaria muito melhor posicionado para afastar Indjai. Os vizinhos da Guiné-Bissau e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) pressionaram o General Indjai a ceder e Gomes

Jr. e outros indivíduos foram finalmente autorizados a abandonar o país, passando a viver no exílio em Portugal. Importa notar que alguns oficiais foram assassinados e outros foram presos pouco antes do golpe de estado de Abril de 2012. O Vice-Almirante Induta, ex-Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, que estivera detido pelas forças do General Indjai durante a maior parte de 2010, fugiu por Casamance para a Gâmbia, de onde seguiu para Portugal. Na realidade, as facções militares adversárias foram expurgadas e expulsas durante o golpe. Embora um governo civil de transição tenha assumido o poder de imediato, Indjai continuou a ser o indivíduo mais poderoso do país e a ter capacidade para definir o xadrez político e civil.

A tendência iniciada com o General Mané e que persiste até hoje é a de constante instrumentalização política das Forças Armadas. As pretensões iniciais de Mané parecem moderadas em comparação com o que veio depois. Tendo sido ele próprio prejudicado pela liderança política anterior e atravessado um ano de guerra civil, procurou excluir os militares do processo político e usar a sua autoridade para travar certas medidas e dirigentes civis. Os seus sucessores e diversos outros chefes militares procuraram ampliar estes poderes. O General Na Wai transgrediu publicamente a política oficial e ordenou a prisão de parlamentares e políticos em várias ocasiões. Numa delas, durante uma conferência de imprensa, o General Indjai ameaçou matar o Primeiro-Ministro Gomes Jr.. Enquanto Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Indjai reclamou para si próprio novos e amplos poderes, incluindo a responsabilidade pelas áreas de recrutamento, promoções, orçamento e despesas militares, além da estratégia de defesa nacional, alterações que foram oficializadas por nova legislação adoptada em 2011.¹⁶ Como o sector de defesa representa pelo menos 30% do orçamento do Estado nos últimos anos, tais poderes conferem enorme influência às chefias militares.

A politização crescente das Forças Armadas destruiu o já de si debilitado sistema de equilíbrio institucional da Guiné-Bissau, assim como o equilíbrio de poderes quase mais importante, mas não oficial, entre os diferentes grupos das camadas dirigentes. Têm-se acentuado na Guiné-Bissau os surtos de violência, na forma de assassinatos de figuras de alto perfil, tentativas de golpe e tentativas de golpe militar (ver o quadro na página 28). À luz dos privilégios da classe dos oficiais e da esclerose institucional das Forças Armadas, a instrumentalização política dos militares contribuiu para agravar as lutas internas e o facciosismo em todo o sector da segurança. Para avançar na carreira, o soldado precisa do apadrinhamento de alguma figura de relevo. Inevitavelmente, as manobras para acumular poder, a competição e os conflitos internos entre militares tornaram-se mais comuns e favoreceram a espiral de violência.

O VENCEDOR FICA COM TUDO

A luta pela Presidência tem pautado grande parte da história da Guiné-Bissau e é uma característica estrutural do sistema político da Guiné-Bissau, no qual este órgão de soberania detém uma quantidade desproporcionada de poderes. As pessoas próximas do presidente ganham acesso a oportunidades financeiras e de progressão na carreira que estão vedadas à população em geral. Os que não fazem parte do círculo estão sujeitos a intimidações e a uma aplicação arbitrária da lei.

Estas práticas foram em parte herdadas do Presidente João Bernardo “Nino” Vieira, líder autoritário da Guiné-Bissau que permaneceu longos anos no poder e ocupou a presidência desde um golpe de Estado em 1980 até ao final da guerra civil em 1999, e novamente após regressar do exílio em 2005, até ser assassinado em 2009. A autoridade que o cargo lhe conferia e o seu estilo de liderança permitiram-lhe concentrar ainda mais poderes na presidência, de que se serviu ao máximo para favorecer aliados, recompensar apoiantes e marginalizar ou punir inimigos, fossem estes reais, potenciais ou meramente imaginados. As mudanças na lei foram concebidas no quadro de uma estratégia para prolongar e concentrar o seu poder e influência.

A Guiné-Bissau possui um sistema político híbrido ou semipresidencial, com um Presidente e um Primeiro-Ministro. Nos termos da Constituição, o cargo de Presidente é dotado de amplos poderes, nomeadamente o poder de nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, o Chefe das Forças Armadas, o Procurador-Geral da República e membros do governo. O Presidente pode criar novos ministérios e departamentos governamentais, empossar juízes e promulgar determinados decretos e leis. Na prática, a Presidência exerce muitos outros poderes. No seguimento das eleições presidenciais, os vencedores reestruturaram totalmente ministérios, governos regionais e locais, o poder judicial e secções das Forças Armadas. Mesmo depois do golpe de Estado de Abril de 2012, a administração civil de transição, contrariando promessas feitas à CEDEAO e a representantes da Organização das Nações Unidas (ONU), mudaram nomeações políticas em todo o governo e colocaram no poder membros do Partido para a Renovação Social (PRS) até então a principal força da oposição.¹⁷

Em conjunto, os poderes constitucionais do governo, a escassa experiência de governação democrática da Guiné-Bissau, e o longo mandato exercido pelo Presidente Vieira imprimiram à presidência uma influência desmesurada. As eleições transformaram-se deste modo em momentos de intensa rivalidade e mesmo na sequência de eleições muito disputadas, que normalmente deveriam conduzir a algum tipo de coligação e partilha de poderes, os vencedores assumiram sempre o mesmo grau de autoritarismo. Isto tem levado à exclusão sistemática dos candidatos derrotados e dos seus partidos, consolidando simultaneamente a mentalidade de “o vencedor fica com tudo”, que é pernicioso e instigador de conflitos em tudo o que toca à Presidência.

Dito isto, o sistema político da Guiné-Bissau tem beneficiado ocasionalmente de melhorias graduais (consultar a caixa de texto na página 12). Em virtude de pressões económicas exercidas pelos parceiros internacionais e apelos a reformas políticas na vaga de democratização pós-Guerra Fria, bem como da oposição interna ao poder autoritário de Nino Vieira, o multipartidarismo foi introduzido na Guiné-Bissau em 1990, dando lugar a um ambiente político mais encorajador. No entanto, Nino Vieira conseguiu vencer as primeiras eleições presidenciais multipartidárias em 1994, embora por uma margem muito pequena na segunda volta, graças à sua extensa rede de influências no governo e na economia. O período inicial desta transição democrática foi assim dominado pela sua presidência. Mas na ausência doutros mecanismos democráticos de poder, eclodiu em meados da década de 1990 uma crise que acabou por resultar na destrutiva guerra civil de 1998-1999. Em meados da década de 1990, o movimento rebelde MFDC, no Sul do Senegal intensificou a sua actividade contra o exército senegalês. O Senegal atribuiu os ataques ao

fluxo de armas ilícitas que passava pela Guiné-Bissau e fez pressão junto de Nino Vieira para que tomasse medidas. Procurando satisfazer um aliado e ao mesmo tempo marginalizar o seu rival, Nino Vieira tentou demitir Mané do cargo de Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, citando provas das suas ligações com o tráfico de armas e o MFDC. Na verdade, uma investigação parlamentar divulgada poucos dias após a exoneração de Mané mostrou que tanto Nino Vieira como Mané auferiam lucros do tráfico de armas. O General Mané recusou-se a acatar a ordem e, com o apoio da maioria das Forças Armadas, ocupou diversas instalações militares, na primeira ofensiva daquilo que acabaria por transforma-se numa guerra civil de 11 meses, que terminou com a fuga de Nino Vieira para Portugal e a conquista de Bissau pelo General Mané, em Maio de 1999.

Instituições e sociedade civil da Guiné-Bissau

Não obstante os antecedentes históricos de centralização de poderes e clientelismo político e económico generalizado, o contexto institucional e da sociedade civil da Guiné-Bissau tem vindo a tornar-se cada vez mais dinâmico. As elites militares e políticas continuam a ser as forças preponderantes do país, mas algumas instituições oficiais e indivíduos têm tentado agir de modo mais independente e conseguiram algumas vezes alcançar resultados positivos num cenário de instabilidade persistente.

As eleições nacionais, por exemplo, têm sido relativamente bem organizadas. Nunca uma eleição presidencial foi vencida à primeira volta e a maioria das eleições parlamentares produziu governos de coligação. Isto demonstra que a Comissão Nacional de Eleições tem conseguido manter um certo nível de independência e que os titulares de cargos governamentais não têm conseguido manipular as eleições. O apoio aos partidos na Guiné-Bissau passa por mudanças significativas entre ciclos eleitorais e entre a primeira e a segunda volta eleitorais, a prova de que muitos eleitores exercem os seus direitos de forma pragmática e não em função de preferências rígidas, regionais, étnicas ou partidárias.

O controlo da legislatura tornou-se também cada vez mais difícil para os presidentes da Guiné-Bissau. Em 1998, foi criada uma comissão parlamentar incumbida de redigir um relatório sobre a investigação ao tráfico de armas que envolveria o Presidente Nino Vieira, mas a iniciativa foi interrompida pela eclosão da guerra civil. Em 2007 foi criada uma coligação multipartidária de deputados, para destituir do cargo de Primeiro-Ministro um apoiante do Presidente Nino Vieira. O parlamento abriu inquéritos aos homicídios de políticos e chefes militares, nomeadamente os assassinatos em 2009 do Presidente e do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas. Estas investigações têm registado poucos progressos, mas a continuação do debate parlamentar sobre esta questão, em particular as críticas sobre a lentidão do processo, tem mantido o assunto nas primeiras páginas dos jornais. A ausência de maioria parlamentar a favor da aprovação dos acordos de transição pós-golpe de Abril de 2012 tem constituído um forte travão para as chefias militares e confirmado a crescente influência deste órgão legislativo.

Os meios de comunicação social da Guiné-Bissau também são relativamente dinâmicos e independentes. Antes do golpe de 2012, estavam classificados na escala da Freedom House¹⁸ apenas alguns pontos abaixo do Quênia e Senegal, mas acima da Libéria, Malawi e Zâmbia. Vários órgãos da imprensa escrita têm publicado reportagens sobre o narcotráfico e a corrupção oficial, sujeitando-se nalguns casos a processos judiciais e a manobras de intimidação. Existem na Guiné Bissau dezenas de estações de rádio comunitárias que se tornaram na principal fonte de notícias e informações da população. Algumas abordaram já assuntos delicados, como a exploração ilegal de madeira por empresas chinesas, que levou os cidadãos a manifestar-se contra esta actividade. Um bloguista de destaque, António Aly Silva, escreveu sobre o narcotráfico, publicou documentos oficiais de investigações realizadas no passado sobre abusos dos militares, foi processado pelo Primeiro-Ministro Carlos Gomes Jr. e durante a sua reportagem do golpe de Estado de Abril de 2012 foi espancado por soldados. Em 2013, publicou

documentos revelando que empresas chinesas compravam passaportes guineenses à embaixada da Guiné-Bissau e aos seus funcionários consulares em Macau e Pequim para contornar a regulamentação empresarial chinesa, e que os pagamentos terão beneficiado ministros nos governos de Gomes Jr. e no pós-golpe de 2012. Apesar de sofrer constantes pressões e intimidações, a imprensa tem sido corajosa no seu esforço de informar o público, e os guineenses confiam cada vez mais nos meios de comunicação, que são relativamente independentes.

Existem também na Guiné-Bissau diversos grupos de vigilância e grupos da sociedade civil importantes. A Liga Guineense dos Direitos Humanos, fundada em meados da década de 1990, e os seus dirigentes têm responsabilizado directamente líderes do governo e instituições por violações do Estado de Direito e de direitos humanos. A Liga publicou relatórios detalhados e análises de abusos de direitos humanos e estudos sobre a evolução do país neste contexto. A Ordem dos Advogados da Guiné-Bissau tem também criticado publicamente os abusos perpetrados pelas Forças Armadas, bem como a corrupção oficial e a manipulação de processos judiciais. Outros grupos da sociedade civil têm desenvolvido esforços para aceder e participar em governos locais e organizado acções formação em tecnologias e meios de comunicação. Um grupo em particular, "Mom ku Mom", gere desde Agosto de 2009 um projecto de diálogo entre civis e militares, no qual assegura a mediação de debates reunindo antigos militares e oficiais no activo, representantes de grupos da sociedade civil e vítimas de abusos militares.

Apesar do narcotráfico florescente no país, registam-se alguns sinais positivos no tocante às forças de aplicação da lei. A Polícia Judiciária tem efectuado acções louváveis de combate ao narcotráfico, entre as quais se destaca a prisão de militares com posições de chefia, embora os respectivos processos penais tenham fracassado nos tribunais. A Polícia Judiciária realizou apreensões relacionadas com o narcotráfico em Bissau mesmo durante o período imediatamente a seguir ao golpe de Estado de Abril de 2012.¹⁹ Embora disponha de recursos limitados para combustível e não possua meios de transporte adequados, a Polícia Judiciária criou uma rede de contactos entre as comunidades de todo o país para recolher informações sobre aeronaves e movimentações de mercadorias suspeitas. Este progresso tem-se mantido sob os auspícios de diversos chefes da Polícia Judiciária, sugerindo uma crescente capacidade de resistência institucional.

Assim, e contrariando as perspectivas aparentemente pouco animadoras na Guiné-Bissau, registam-se alguns progressos no que respeita à prestação de contas por parte das autoridades. Contudo, a presença do narcotráfico, a repetição das crises políticas e o aumento da ingerência militar na vida política ameaçam muitas destas conquistas. Activistas destacados da sociedade civil e dos direitos humanos têm sido alvo de processos judiciais e pressões por parte de políticos. Alguns foram gravemente espancados por militares. Após o golpe militar de 2012 as autoridades adquiriram novos equipamentos para identificar e bloquear emissões de rádio, procurando silenciar uma fonte essencial de informação do povo.²⁰ A seguir ao golpe, dezenas de oficiais, funcionários públicos e personalidades da vida política passaram meses refugiados em embaixadas, nomeadamente o chefe da Comissão Nacional de Eleições (CNE), que após tentar reassumir as suas funções, depois de passar dois meses refugiado na Embaixada dos EUA, foi expulso dos escritórios da CNE por membros das Forças Armadas. A pressão exercida pelas autoridades sobre estes grupos e indivíduos é no entanto uma prova da crescente influência que os mesmos têm adquirido e da ameaça que representam para o status quo, mas revela também a enorme fragilidade dos esforços de reforma.

Surpreendentemente, a transição para um regime civil foi relativamente rápida e no final de 1999 realizaram-se eleições multipartidárias. Muitos membros do partido no poder, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) perderam os lugares à medida que novos partidos da oposição eram eleitos para o parlamento. Os guineenses elegeram Kumba Ialá, o líder do partido da oposição, PRS, como presidente, com 39 por cento dos votos na primeira volta e 72 por cento na segunda. Tratou-se da primeira alternância de poder na Guiné-Bissau, algo que muitos outros Estados africanos estáveis até hoje não

experimentaram. O PRS não obteve maioria na legislatura, um sinal do nível de competição política, e para formar governo foi forçado a formar uma coligação com outro partido da oposição. Na realidade, acordos deste tipo correspondem em grande medida aos resultados de votações anteriores na Guiné-Bissau desde a introdução do multipartidarismo há duas décadas. Todas as eleições presidenciais desde 1994 obrigaram a uma segunda volta, e a maioria foi geralmente ganha por uma pequena margem. Poucas eleições legislativas deram maioria absoluta a um único partido (consultar Tabelas 2 e 3).

Quadro 2. Resultados das eleições presidenciais da Guiné-Bissau			
1a Volta	Candidatos e resultados	2a Volta	Candidatos e resultados
Março de 2012	Carlos Gomes Jr. (PAIGC) – 49%	Abril de 2012	Nunca tomou posse após o golpe de Estado militar.
	Kumba Ialá (PRS) – 23,4%		
	Manuel Serifo Nhamadjo (Indep.) – 15,7%		
	Henrique Pereira Rosa (Indep.) – 5,4%		
Junho de 2009	Malam Bacai Sanhá (PAIGC) – 37,5%	Julho de 2009	Malam Bacai Sanhá (PAIGC) – 63,3%
	Henrique Pereira Rosa (Alliance) – 22,9%		Kumba Ialá (PRS) – 27,9%
	Kumba Ialá (PRS) – 36,7%		
Junho de 2005	Malam Bacai Sanhá (PAIGC) – 35,5%	Julho de 2005	João Bernardo “Nino” Vieira (Indep.) – 52,3%
	João Bernardo “Nino” Vieira (Indep.) – 28,9%		Malam Bacai Sanhá (PAIGC) – 47,7%
	Kumba Ialá (PRS) – 25%		
Novembro de 1999	Kumba Ialá (PRS) – 38,8%	Janeiro de 2000	Kumba Ialá (PRS) – 72%
	Malam Bacai Sanhá (PAIGC) – 23,4%		Malam Bacai Sanhá (PAIGC) – 28%
	Faustino Imbali (Indep.) – 8,2%		
	Fernando Gomes (ASG) – 7%		
Julho de 1994	João Bernardo “Nino” Vieira (PAIGC) – 46,2%	Agosto de 1994	João Bernardo “Nino” Vieira (PAIGC) – 52%
	Kumba Ialá (PRS) – 21,8%		Kumba Ialá (PRS) – 48%
	Domingos Fernandes (RGB-MB) – 17,4%		
	Carlos Gomes (Indep.) – 5,1%		

Fontes: IFES Election Guide, base de dados eleitorais de África e diversas reportagens noticiosas.

Lamentavelmente, e à semelhança de Nino Vieira, seu antecessor, Ialá abusou do seu mandato. Os seus apoiantes foram rapidamente nomeados para cargos em toda a administração, a nível local e nacional. Ialá demitia toda e qualquer pessoa que dele discordasse, e exonerou importantes membros do seu governo e diversos juizes do Supremo Tribunal. Entrou em conflito com as chefias das Forças Armadas por querer marginalizar certos oficiais e promover outros (sobretudo com base na etnia). Foram os apoiantes de Ialá nas Forças Armadas que acabaram por matar o General Asumane Mané ao tentar prendê-lo, em Novembro de 2000. No final de 2002, Ialá dissolveu a Assembleia Nacional. Em 2003, presidia ao governo sem Primeiro-Ministro nem parlamento, adiava constantemente as novas eleições e enfrentava protestos relacionados com salários em atraso na função pública e a má qualidade dos serviços públicos.²¹ O seu comportamento

Quadro 3. Resultados das eleições legislativas da Guiné-Bissau		
Data das Eleições	Números de assentos ganhos	Percentagem de votos totais
Novembro de 2008	PAIGC – 67	49.5
	PRS – 28	25.2
	PRID – 3	7.5
	PND – 1	2.3
	AD – 1	1.4
Março de 2004	PAIGC – 45	33.9
	PRS – 35	26.5
	PUSD – 17	17.6
	UE – 2	4.3
	APU – 1	1.4
Novembro de 1999*	PRS – 38	28.5
	RGB-MB – 29	21.7
	PAIGC – 24	18.0
	AD – 3	2.3
	UM – 3	2.3
	PSD – 3	2.3
	FDS – 1	1.8
	UNDP – 1	1.8
Julho de 1994	PAIGC – 62	46.4
	RGB-MB – 19	19.8
	PRS – 12	10.3
	UM – 6	12.7
	PCD – 1	5.3
	FLING – 1	2.6

Fontes: IFES Election Guide, base de dados eleitorais de África e diversas reportagens noticiosas.

* Percentagem de votos totais estimados com base em resultados anteriores.

errático e agressivo acabou por ditar o fim da sua liderança. Ialá foi deposto em Setembro de 2003 no contexto de uma aguda crise política e económica pelo General Veríssimo Correia Seabra, sucessor do General Mané no cargo de Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas.

Recorde-se que em 2005 Nino Vieira regressou do exílio e venceu as eleições presidenciais como candidato independente. Contudo, a sua vitória não foi retumbante. Conseguiu vencer o candidato do PAIGC, que tinha ganho a primeira volta, por ligeira margem na segunda volta. Essencial nesta vitória de Nino Vieira foi o facto de ter negociado o restabelecimento de relações com Kumba Ialá, cujo partido, o PRS, disfrutava de um apoio significativo da comunidade étnica Balanta, que representa aproximadamente um quarto da

população. Regressado ao poder, Nino Vieira voltou porém rapidamente a abusar da sua autoridade e a desentender-se com as chefias militares, particularmente com o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, General Batista Tagme Na Wai, que substituíra o General Seabra, assassinado numa revolta em 2004. Entretanto tinha ascendido ao cargo de Primeiro-Ministro um membro do PAIGC, Carlos Gomes Jr., que rapidamente entrou em confronto com Nino Vieira. A exoneração de Carlos Gomes Jr. por Nino Vieira, em 2005, e a nomeação para Primeiro-Ministro de um aliado do Presidente foram no entanto severamente criticadas e finalmente revogadas quando uma coligação multipartidária no parlamento forçou Vieira a nomear Martinho Ndafo Cabi, um membro destacado do PAIGC, como Primeiro-Ministro, em 2007.

Nino Vieira foi morto por um grupo de soldados logo após o assassinato ainda não esclarecido de Na Wai, o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, em Março de 2009. No período que antecedeu as eleições para substituir Nino Vieira foram assassinados em circunstâncias misteriosas diversos políticos conhecidos, entre os quais um candidato à Presidência, num sinal claro da violência que rodeia a disputa pelo cargo. Por fim, Malam Bacai Sanhá, herói da guerra de libertação e membro destacado de longa data do PAIGC, foi eleito numa segunda volta em Julho de 2009. Em contraste com a turbulência da década anterior, o mandato do Presidente Sanhá assinalou um período de estabilidade. Sanhá, que contava com Carlos Gomes Jr. como Primeiro-Ministro e o General António Indjai como Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, manteve-se no poder de 2010 até ao início de 2012, o período mais estável vivido pela Guiné-Bissau desde a instituição do multipartidarismo no início da década de 1990. Durante este período a Guiné Bissau registou um crescimento económico sólido, os salários da função pública foram sempre pagos a horas e os problemas de orçamento e balança de pagamentos foram aliviados graças ao desenvolvimento da produção e das exportações de castanha de caju. O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial consolidaram o seu compromisso com o país e louvaram os progressos do governo.

Esta breve janela de oportunidade e crescimento não se deveu porém às acções ou medidas específicas do Presidente Sanhá, do Primeiro-Ministro Gomes Jr. nem do General Indjai já que as tensões e a desconfiança reinantes entre os três eram uma evidência constante.²² O General Indjai tinha mandado prender ilegalmente militares e civis no passado, incluindo Gomes Jr., e era suspeito de profundo envolvimento no tráfico de cocaína. Gomes Jr., por seu lado, conquistara muito poder no seio do PAIGC, o mais antigo e maior partido político da Guiné-Bissau. Alguns membros do partido queixavam-se das suas atitudes prepotentes e ele tentou de facto marginalizá-los. Os seus familiares ocupavam cargos centrais no governo e ele próprio detinha participações comerciais nos sectores petrolífero e bancário, entre outros. Gomes Jr. fomentou também o estreitamento das relações com o governo de Angola, que concedeu créditos de dezenas de milhões de dólares ao país, investiu grandes montantes na extracção mineira na Guiné-Bissau e instalou em Bissau uma equipa de assistência técnica militar bilateral e uma missão de formação, instalada frente à sede do governo de Gomes Jr.. Entretanto, Sanhá prometeu prosseguir o combate ao tráfico crescente de cocaína no país e investigar diversos crimes políticos perpetrados em 2009. Na realidade, os progressos registados neste domínio foram insignificantes durante a sua presidência.

Apesar de tudo, pela primeira vez na Guiné-Bissau, um equilíbrio de poderes entre três personalidades influentes — Sanhá, Indjai e Gomes Jr. — criou as bases de um período de estabilidade. Nenhum deles era aliado próximo. O Presidente Sanhá procurou evitar que Indjai e Gomes Jr. conspirassem para se isolar mutuamente e ambos reconheceram o valor da distância a que foram mantidos um do outro. Embora não confiasse inteiramente no Primeiro-Ministro Gomes Jr., o Presidente Sanhá tolerou a sua liderança, em vez de o substituir, permitindo que Gomes Jr. introduzisse melhorias no funcionamento do governo. Sanhá teria de resto tido dificuldade em destituir Gomes Jr., que exercia cada vez mais influência e conquistara a confiança de diversos parceiros internacionais.

Em suma, o acordo entre os três líderes funcionou como um mecanismo frágil de equilíbrio de poderes na Guiné-Bissau, algo que as instituições governamentais do país nunca haviam experimentado. A acção da Presidência mantinha-se circunscrita pelo apoio crescente a Gomes Jr., e os militares eram controlados pela autoridade presidencial de Sanhá e pela influência de Gomes Jr., que apesar de ver um inimigo em Indjai, sabia que este era mantido à distância por Sanhá.

O ambiente de ténue progresso e estabilidade que durou de 2010 a 2012 começou a degradar-se no fim de 2011. Em Novembro de 2011, o já idoso Presidente Sanhá foi hospitalizado em França. Com o desaparecimento da sua presença apaziguadora, as tensões aumentaram. Em Dezembro, tropas leais a chefes militares rivais travaram combates nas ruas de Bissau. Sanhá faleceu em 9 de Janeiro de 2012.. Aproveitando a oportunidade, Carlos Gomes Jr. demitiu-se do cargo de Primeiro-Ministro e anunciou a intenção de concorrer à Presidência.

Foi um passo controverso, já que na qualidade de líder do PAIGC, com familiares e aliados em todo o governo (incluindo um sucessor escolhido a dedo para ser Primeiro-Ministro), fortes interesses comerciais e relações privilegiadas com aliados como Angola e a China, Carlos Gomes Jr., se eleito Presidente, teria dominado o governo na Guiné-Bissau como nenhum líder o fizera antes. Gomes Jr. teve de resistir a esforços empreendidos no seio do PAIGC para o impedir de concorrer como candidato presidencial do partido. Gomes Jr. decidiu que a escolha do candidato, na sede do partido, se faria por votação de braço no ar em vez do tradicional voto secreto, uma forma de tornar conhecidos os opositores para em seguida os marginalizar. Mesmo assim, um terço de todos os votantes do PAIGC absteve-se, e alguns membros deixaram o partido para concorrerem como candidatos independentes após Gomes Jr. ser escolhido como candidato do PAIGC à Presidência. Entre estes, Manuel Serifo Nhamadjo, que concorreu como candidato independente, obteve o terceiro lugar e, mais tarde, no acordo pós-golpe negociado com a CEDEAO, foi nomeado Presidente Interino.

Gomes Jr. não venceu de forma decisiva a primeira volta das eleições presidenciais em Março de 2012, mas na segunda volta a sua vitória contra Kumba Ialá era dada como quase certa. Menos de 3 semanas antes da segunda volta eleitoral, ao princípio da manhã do dia 12 de Abril de 2012, as tropas do General Indjai abriram um buraco na parede da residência de Carlos Gomes Jr. e prenderam-no. O Presidente Interino Raimundo Pereira também foi preso, a Constituição foi suspensa e um “Comando Militar” anunciou através dos meios de comunicação do Estado que havia assumido o controlo do governo.

ARMAS, DROGA E RECURSOS ILÍCITOS

Embora seja mais conhecida pelo tráfico de cocaína que surgiu na década passada, a Guiné-Bissau já sofria dos efeitos destabilizadores do comércio ilícito antes da chegada das remessas de droga. Na década de 1990, o país foi um corredor de armas clandestinas, sobretudo destinadas ao grupo rebelde MFDC no Sul do Senegal.

O tráfico de armas representava uma fonte importante de recursos ilícitos e criava outros factores de desestabilização. Os lucros do tráfico de armas tornaram-se um elemento essencial das alianças e lealdades estabelecidas pelas elites, um verdadeiro mecanismo de “autofinanciamento” de redes de nepotismo, em paralelo com o desvio de dinheiros oficiais e os abusos das autoridades.²³ Nas Forças Armadas, onde eram comuns a pobreza e os atrasos no pagamento de salários dos oficiais de baixo nível e soldados apesar da condição privilegiada dos líderes, a lealdade das tropas aos superiores dependia em muitos casos da capacidade destes em lhes oferecer apoio financeiro. Em meados da década de 1990, o presumível envolvimento do General Mané no tráfico de armas em Casamance e o seu acesso a recursos ilícitos transformaram-no num general popular e poderoso, o que explica o amplo apoio que recebeu nas vésperas do conflito de 1998-1999.

O tráfico foi uma fonte importante de recursos também para Nino Vieira. Alvo da desconfiança profunda de diversos círculos, Nino Vieira serviu-se dos lucros do tráfico de armas para manter os apoios como de um instrumento complementar da corrupção oficial e do nepotismo. Mané e Vieira, que se serviam ambos do tráfico ilícito para gerir as suas respectivas redes de apoiantes, sentiam-se assim menos constrangidos pelas restrições, leis e obrigações normais das instituições, já de si frágeis, e dos cargos que ocupavam.

A influência corrosiva do tráfico ilícito aumentou à medida que se intensificou o fluxo de narcóticos de elevado valor através da Guiné-Bissau. Estima-se que o valor do comércio de cocaína na África Ocidental seja pelo menos oito vezes superior ao do tráfico de armas (e provavelmente muito mais), e ultrapasse o valor de todas as outras mercadorias ilícitas traficadas na região.²⁴

O Presidente Nino Vieira foi um dos principais agentes do aumento do comércio da cocaína na Guiné-Bissau ao longo do período em que regressou ao cargo, de 2005 a 2009. Muitos chefes militares também se envolveram no tráfico de droga. Nos anos em que o General Na Wai foi Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas foi descoberta cocaína em instalações militares²⁵ e foram presos soldados em veículos que transportavam cocaína. Os militares interferiam com frequência em investigações policiais do narcotráfico para libertar prisioneiros e confiscar cocaína;²⁶ e, num incidente amplamente divulgado, em Julho de 2008, foram utilizadas tropas no aeroporto principal do país para criar uma área de protecção no interior da qual foram descarregados 500 a 600 quilogramas de droga de um avião privado vindo da Venezuela.²⁷

Ao longo dos anos, o fluxo de cocaína aumentou e tornou-se mais sofisticado.²⁸ Apesar de apreensões e interdições esporádicas (consultar o Quadro 4), em Dezembro de 2012 o Secretário-Geral da ONU relatou ao Conselho de Segurança que centenas de quilogramas de cocaína entravam na Guiné-Bissau todas as

semanas (num valor estimado de venda por grosso na Europa de pelo menos 10 a 20 milhões de dólares US\$).²⁹ Estavam envolvidas no tráfico muitas figuras de relevo da sociedade guineense. O Contra-Almirante José Américo Bubo Na Tchuto, que chefiou a Marinha duas vezes, e o General Ibraima Papa Camará, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, lideraram estes dois ramos das Forças Armadas mesmo depois de terem sido acusados de tráfico de droga pelo Governo dos EUA, em Abril de 2010. Em Abril de 2013, Na Tchuto foi preso por autoridades norte-americanas em águas internacionais, com outros guineenses, ao cabo de uma operação secreta de 7 meses durante os quais foram obtidas provas de que tomara medidas para facilitar o transbordo de 4 toneladas de cocaína para a Guiné-Bissau, e depois para os Estados Unidos e a Europa. A comissão recebida por Na Tchuto ascendia a 1 milhão de dólares por tonelada. Quatro outros militares de alta patente, incluindo o General Indjai, foram alvo de outra investigação. O seu plano envolvia o contrabando de cocaína numa remessa de uniformes militares enviada da Colômbia para a Guiné-Bissau num avião que em seguida voltaria para a Colômbia com armamentos sofisticados, adquiridos pelas Forças Armadas da Guiné-Bissau. Indjai foi gravado por agentes secretos da polícia norte-americana a declarar que tratara da compra de mísseis terra-ar e do transporte de cocaína, de acordo com o documento de acusação. Em 2012, o General Indjai iniciou a construção de uma nova propriedade próxima da sua aldeia natal de Mansôa, em que pretendia aparentemente incluir uma pista de aterragem privada, presume-se que para melhor gerir, proteger e ocultar remessas de droga. Desde o golpe, poucas têm sido as medidas legais tomadas, o que reflecte um ambiente operacional mais propício para traficantes.

Tal como o tráfico de armas, o narcotráfico agravou a instabilidade no país e desmente a ideia feita de que o transbordo de droga, ou seja a movimentação de droga produzida e consumida noutros Estados, pode ter efeitos positivos para o país de trânsito. Supõe-se que os assassinatos de Nino Vieira e Na Wai em Março de 2009 tenham ficado a dever-se, em parte, a disputas relacionadas com o narcotráfico. Em Abril de 2010, o General Indjai, na altura Vice-Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, deteve o seu superior e outros oficiais superiores, promovendo-se a si próprio à chefia das Forças Armadas. Logo a seguir reintegrou o Contra-Almirante Bubo Na Tchuto como chefe da Marinha, não obstante o facto de Na Tchuto ser um traficante de droga formalmente acusado a nível internacional e ter fugido do país em 2008 sob a acusação de planear um golpe.

No entanto, cerca de 2 anos depois, também estes antigos parceiros se desentenderam. Tropas leais a Indjai e Na Tchuto travaram combates nas ruas da capital em 26 de Dezembro de 2011. Na Tchuto foi finalmente preso e novamente acusado de querer organizar um golpe de estado. Contudo, é provável que todo este incidente se tenha resumido a uma disputa sobre remessas de cocaína, num sinal do papel crescente das guerras da droga na fragmentação cada vez maior das Forças Armadas.³⁰ Noutra reviravolta, Na Tchuto foi libertado de novo da prisão em Maio de 2012. Soube-se mais tarde que estava prestes a ser reintegrado como chefe da Marinha e a ser promovido a Vice-Almirante quando foi preso pelas autoridades norte-americanas, em Abril de 2013.³¹

Quadro 4. Relatos de grandes remessas de drogas ligadas à Guiné-Bissau				
Data	Quantidade (kg)	Valor de venda a grosso na Europa (milhões de US\$)	Valor de venda a grosso em Bissau (milhões de US\$)	Circunstâncias
2005	535	27,8	8,6	Encontrada cocaína num contentor em Bissau com destino a Portugal.
Abril de 2005	18	0,9	0,3	A polícia leva a cabo uma rusga numa unidade de transformação de peixe, que servia como fachada para traficantes de cocaína, nas Ilhas Bijagós. São presos vários latino-americanos com armas e drogas.
2005	desconhecida	desconhecido	desconhecido	Dão à costa em Biombo, na Guiné-Bissau, pacotes de 20 quilogramas de cocaína, carga perdida de uma embarcação presumivelmente naufragada ou interceptada.
Janeiro de 2006	106	5,5	1,7	Um avião carregado de cocaína que levantara voo de uma pista próxima da fronteira com o Senegal é apreendido quando aterrava num pequeno aeroporto em Segóvia, Espanha.
2006	1 000	52	16,2	É anunciada a chegada de uma remessa às Ilhas Bijagós, que nunca foi interceptada.
Setembro de 2006	674	35	10,9	É apreendida droga após perseguição e tiroteio entre a polícia e dois venezuelanos em Bissau. A apreensão também inclui armas, GPS, numerário e outros equipamentos.
Dezembro de 2006	2 000	104	32,4	Fontes da Marinha da Guiné-Bissau comunicam à Agência Noticiosa France-Presse que um barco-patrolha detectou uma embarcação encalhada próximo da costa. Não é participada nenhuma apreensão.
Abril de 2007	635	33	10,3	Cocaína apreendida pela polícia num veículo em Bissau. Cinco indivíduos são presos. Segundo o relatório, parte da remessa de 2,5 toneladas foi perdida durante a operação.
Mai de 2007	48	2,5	0,8	Cocaína descoberta numa aeronave comercial que aterrava em Lisboa, Portugal, proveniente da Guiné-Bissau.
Mai de 2007	28	1,5	0,5	Em Marrocos, apreensão de cocaína num veículo proveniente da Guiné-Bissau.

Data	Quantidade (kg)	Valor de venda a grosso na Europa (milhões de US\$)	Valor de venda a grosso em Bissau (milhões de US\$)	Circunstâncias
Julho de 2008	550	28,6	8,9	Um avião proveniente da Venezuela efectua uma aterragem ilegal e estaciona num hangar militar do aeroporto de Bissau. As autoridades aduaneiras são impedidas de inspeccionar o avião. O avião foi descarregado e a droga nunca foi encontrada, mas posteriormente uma inspecção do avião com cães farejadores de droga indicara que haveria 500 a 600 kg de cocaína a bordo. Os pilotos afirmam que transportavam medicamentos destinados às Forças Armadas.
Fevereiro de 2009	200	10,4	3,2	Um oficial do Exército declara que a cocaína descoberta num hangar do exército pertencia ao Estado-Maior.
Março de 2010	desconhecida	desconhecido	desconhecido	O General Indjai reconhece o seu envolvimento na aterragem de um avião carregado de droga em Cufar, na Guiné-Bissau.
Dezembro de 2011	750	39	12	Registos de dois aviões que transportaram remessas distintas de 750 toneladas de cocaína e aterraram em pistas improvisadas, defendidas por soldados. Informações subsequentes indicam que disputas relacionadas com estas remessas podem ter estado na origem dos actos de violência entre tropas em Bissau em 26 de Dezembro.
Outubro de 2012	desconhecida	desconhecido	desconhecido	Um pequeno avião a hélice aterra no aeroporto em Bissau. Surgem indícios de que o avião pode estar registado em nome de um empresário senegalense procurado em ligação com a aterragem no Mali , em 2009, de um 727 que transportava cocaína .
Fevereiro de 2013	300	15,6	4,8	Informadores comunicam à Polícia Judiciária da Guiné-Bissau que um avião aterrou ilegalmente numa pista improvisada na Ilha de Melo, próximo da fronteira Sul da Guiné-Bissau. A Polícia Judiciária não dispõe de meios de transporte para chegar ao avião antes de este ser descarregado e partir.

Fontes: Relatório Bienal de Apreensões Individuais (2006-2011) do Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime e diversos relatórios de investigações e reportagens do International Crisis Group, BBC, IRIN, Lusa e outras fontes.³²

« Jet-set » na Guiné-Bissau

As apreensões de droga na Guiné-Bissau ilustram bem até que ponto o país se envolveu nas extensas redes transnacionais de tráfico. Os meios de transporte mais comuns da droga que entra e sai da Guiné-Bissau são os aviões a hélice e a jacto.

Embora seja aparentemente fácil fazer aterrar aeronaves em áreas pouco vigiadas, a operação envolve geralmente uma logística complexa. Para cada remessa existe em geral uma teia complexa que envolve a compra e registo das aeronaves, financiadores, empresas e negociações falsas, para encobrir os verdadeiros motivos da viagem e a natureza real da carga, além da cumplicidade de pilotos certificados e tripulações, bem como o beneplácito das autoridades. Cada voo que aterra ou descola da Guiné-Bissau envolve, com efeito, diversas entidades e indivíduos de uma quantidade de redes criminosas que operam em diferentes países e jurisdições.³³

Várias das medidas de proibição implementadas ilustram este facto. Em 12 de Julho de 2008, por exemplo, aterrou no Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira em Bissau, um jacto Gulfstream II proveniente da Venezuela. A aeronave estacionou num hangar militar e foi descarregada. A polícia aduaneira foi impedida de inspecionar o avião, que voltou a descolar mas foi forçado a regressar devido a problemas nas turbinas. Agentes da Polícia Judiciária da Guiné-Bissau conseguiram então apreender a aeronave, que ainda continha pequenas quantidades de cocaína. Com a assistência de investigadores internacionais, concluiu-se que transportara entre 500 a 600 quilogramas de droga. O piloto e a tripulação foram detidos, bem como diversos polícias e controladores de tráfego aéreo.

O piloto em causa era Carmelo Vásquez Guerra, um venezuelano suspeito de vínculos ao cartel de drogas de Sinaloa, no México, procurado pelas autoridades desde 2006 em conexão com a aterragem no México de uma aeronave DC-9 que transportava 5 toneladas de cocaína da Venezuela.³⁴ No incidente de 2006 foram presos um irmão deste piloto e vários outros indivíduos. Contudo, pouco depois da prisão de Vásquez Guerra em Bissau, um juiz ordenou a sua libertação, declarando caducado o seu período de prisão preventiva. Carmelo Vásquez Guerra desapareceu rapidamente mas foi novamente preso por narcotráfico na Venezuela, em 2011. As provas recolhidas no jacto Gulfstream que Guerra pilotara para Bissau desapareceram misteriosamente poucos dias após a apreensão da aeronave. Não foi instaurada qualquer acção judicial e a aeronave continua abandonada no aeroporto de Bissau.

Tal como o seu piloto, este jacto Gulfstream também tinha uma história interessante. A aeronave havia sido registada em Janeiro de 2008, com a matrícula N351SE, por uma empresa denominada LB Aviation Inc., com sede em Yorklyn, Estado de Delaware, nos Estados Unidos.³⁵ A sede desta empresa é uma casa situada numa zona florestal remota com acesso por uma pequena estrada rural, e que pertence conjuntamente a um escritório de advogados denominado Whittington and Aulgur.³⁶ Presume-se que a aeronave nunca tenha estado em Delaware. Utilizava o aeroporto de Fort Lauderdale, na Flórida, onde foi fotografada em Fevereiro, Março e Maio de 2008 antes de reaparecer em Bissau no mês de Julho. Segundo a investigação, a LB Aviation Inc. esteve registada apenas 12 meses em nome de um indivíduo chamado Luis Bustamante, em Fort Lauderdale, de Setembro de 2007 (alguns meses antes da certificação da N351SE, que ocorreu em Janeiro de 2008) a Setembro de 2008 (cerca de 2 meses após a apreensão da N351SE em Bissau).

Enquanto o aparelho permaneceu em Bissau devido a problemas com a turbina, outra aeronave chegou de Dakar para reparar o Gulfstream e levá-lo para o Senegal.³⁷ A equipa de assistência técnica e a aeronave que a transportava tinham sido contratadas pela Africa Air Assistance, empresa com sede no Senegal, identificada como sendo proprietária do famoso jacto 727 que mais tarde foi encontrado abandonado no Norte do Mali, após a entrega de várias toneladas de cocaína a traficantes, no deserto do Sahel.³⁸ Aeronaves pertencentes à Africa Air Assistance ou a sócios desta empresa foram fotografadas na África Ocidental, Portugal, Espanha e França. Segundo relatos publicados em blogs da Guiné-Bissau, uma aeronave privada foi vista a aterrar num aeroporto militar de Bissau em Outubro de 2012.

Casos semelhantes mostram que este modelo operacional é habitual na região. Em Janeiro de 2011, uma aeronave transportando 944 quilogramas de cocaína foi apreendida em Barcelona, Espanha, e detidos três tripulantes argentinos, todos filhos de antigos Brigadeiros das Forças Armadas Argentinas. A aeronave Challenger 604 havia descolado de um pequeno aeroporto nos arredores de Buenos Aires, mas fez uma escala no Aeroporto Internacional

Amílcar Cabral, em Cabo Verde, antes de chegar a Espanha. Cabo Verde é um país vizinho da Guiné-Bissau, e os dois países formaram um único Estado até 1981. O Challenger não conseguiria fazer um voo transatlântico sem reabastecer, o que justificaria a escala em Cabo Verde, mas houve alguma especulação na imprensa quanto à possibilidade de ter sido carregada ou descarregada droga em Cabo Verde, o que foi desmentido pelas autoridades cabo-verdianas.³⁹

O Challenger 604 tinha a matrícula N600AM, dos EUA. Era propriedade da 604 Jet LLC desde Novembro de 2006⁴⁰ e, antes disso, da Secure Aviation LLC, ambas empresas constituídas em Fort Lauderdale, na Flórida.⁴¹ Havia efectuado viagens anteriores a Málaga (Espanha), Telavive e Londres. A empresa Secure Aviation LLC partilha o endereço e a administração com a firma 604 Jet LLC, segundo os documentos de registo da sociedade. Entretanto, os relatórios dos processos instaurados contra os três argentinos apontam para ligações ao narcotráfico colombiano e revelaram que os três tinham feito várias viagens à Bolívia e a Espanha antes de serem detidos.⁴² Por fim, dois deles foram condenados em Janeiro de 2013.

Apesar de ser frequente ouvir dizer que pouco se pode fazer contra o narcotráfico na Guiné-Bissau, considerando a fragilidade da sua liderança e do envolvimento desta no tráfico, o comércio ilícito que transita por este país é apenas um elo de uma cadeia mais complexa de indivíduos e actividades criminosas que passa pelos Estados africanos vizinhos, diversos países latino-americanos, a Europa e os Estados Unidos.

A conflitualidade entre os militares e os golpes de estado é apenas um sinal do risco mais grave e sistémico que representa a efectiva desintegração das estruturas do Estado. O comércio da droga permitiu a alguns representantes das autoridades militares e civis acumular níveis de riqueza e influência sem precedentes e minou o respeito pelas obrigações inerentes aos cargos que ocupam, bem como a confiança noutras instituições e no sistema político. As decisões tomadas são oportunistas, baseadas em interesses pessoais, e arbitrárias. Entretanto, aumentou a frequência e a violência das mudanças de poder em resultado das enormes somas de dinheiro envolvidas no narcotráfico em comparação com a economia legítima. A situação transcende os padrões anteriores de corrupção e nepotismo na Guiné-Bissau, que dependiam de um certo grau de apoio mútuo entre as elites e as instituições. O narcotráfico criou meios e a vontade de contornar o Estado e desencadeou acirradas rivalidades próprias. Enfraqueceu o Estado no seu conjunto, de dentro e de fora, à medida que as instituições foram sendo corrompidas. Por este motivo, o governo da Guiné-Bissau é hoje menos capaz de gerir as funções mais básicas do Estado, o que agrava as crises do país. As consequências do narcotráfico repercutiram-se a nível externo. A acentuada contracção do sector da castanha de caju e da economia em geral teve um impacto negativo sobre a maioria dos cidadãos da Guiné-Bissau, que já vivia com graves dificuldades. Longe de ser apenas uma fonte de rivalidades entre as elites, o narcotráfico e os seus efeitos desestabilizadores acumularam-se ao longo do tempo, contaminaram todo o país e atravessaram as fronteiras.

RIVALIDADE ENTRE ETNIAS

O aparecimento da discriminação étnica, em especial no seio das forças militares, complicou ainda mais o agravamento das sucessivas crises na Guiné-Bissau. Este problema é relativamente recente na problemática do país. Durante a guerra de libertação contra Portugal, de 1963 a 1974, e o período imediatamente pós-independência, a diversidade étnica da Guiné-Bissau nunca foi um meio de instrumentalização política. Na década de 1980, o Presidente Nino Vieira começou a preencher as vagas do Estado com os seus apoiantes, levando a sua própria etnia, a Papel, a ter uma representação excessiva nas instituições, embora a questão da etnia fosse raramente nomeada em disputas ou debates políticos. Mesmo durante a guerra civil de 1998-1999 não se registaram divisões segundo critérios étnicos, nem a questão da etnia foi jamais invocada em discursos ou declarações de parte e doutra.⁴³ O líder da facção anti-Vieira, o General Mané,

Figura 2. Distribuição geográfica dos grupos étnicos da Guiné-Bissau



Fonte: Organização das Nações Unidas, modificado pelo autor.

era um Mandinga com raízes na Gâmbia, mas a maioria dos militares pertencia à etnia Balanta. Nas eleições presidenciais realizadas após o conflito, a vitória de Kumba Ialá na segunda volta com 72% dos votos exprimiu um apoio transversal a linhas étnicas, religiosas e regionais.

A instrumentalização política da etnia surgiu inicialmente no período de transição pós-conflito, em 1999, nas disputas entre o recém-eleito Kumba Ialá e o General Mané, e na postura assumida por ambos. Num esforço para consolidar a sua autoridade, Ialá havia exonerado dezenas de oficiais das Forças Armadas e concedera promoções quase exclusivamente a Balantas, a sua etnia, que constituindo um quarto da população, é por uma pequena margem o maior grupo étnico do país (consultar Figura 2). Entretanto, ao longo dos 11 meses de conflito, os membros das Forças Armadas haviam praticamente triplicado e a economia encontrava-se num estado alarmante. Os cargos superiores nas forças militares eram muito cobiçados e poucos estavam dispostos a ceder o lugar. O General Mané opôs-se frontalmente às tentativas de Ialá para reorganizar as chefias militares. No impasse que se seguiu, Ialá acentuou a questão da etnia, alegando que sendo o maior grupo do país, os Balanta deveriam contar com uma maior representação no Estado, especialmente entre as altas patentes, num desafio implícito à autoridade de Mané por motivos étnicos.

A questão transformou-se num forte pomo de discórdia durante um período difícil de transição, particularmente entre os que corriam o risco de perder posições privilegiadas nas Forças Armadas, em vésperas de uma vasta desmobilização pós-guerra. No seio das Forças Armadas os apoiantes de Mané dividiram-se. Ialá ordenou a sua prisão e, em Novembro de 2000, o General Mané foi assassinado por tropas leais a Ialá.

A discórdia instalou-se entre as forças militares e os oficiais contestam desde então a composição étnica das Forças Armadas. As disputas relativas a promoções e exonerações efectuadas por Ialá só foram resolvidas em Dezembro de 2004, muito tempo depois da morte de Mané, e de Ialá ter sido deposto num golpe. Numa tentativa de reequilibrar a situação e obter um consenso, foram readmitidos nas Forças Armadas 65 oficiais e promovidos uma série de apoiantes de Mané e Vieira, ficando a chefia a cargo de um Balanta.⁴⁴ O critério da etnia permanece uma questão controversa no seio das Forças Armadas da Guiné-Bissau, dominadas em 80 por cento por Balantas, o que torna as promoções e recrutamentos um motivo frequente de tensões e disputas.

Ialá, que continua a ser uma figura política de destaque e um candidato recorrente em eleições presidenciais, continuou a promover uma agenda decididamente pró-Balanta. Os próprios dirigentes do seu partido, o PRS, acusam-no de liderar o partido segundo “considerações étnicas”.⁴⁵ Considerando a fraca prestação de Ialá no governo, esta estratégia continua a ser o meio mais eficiente de que dispõe para angariar apoiantes. No entanto, é uma estratégia que não reflecte os sentimentos mais profundos da sociedade. Nada indica que as tensões interétnicas que dividem as Forças Armadas e as elites civis se tenham propagado à população em geral. São raros os episódios de violência interétnica ou intercomunitária, o que é natural dada a grande diversidade de grupos étnicos na Guiné-Bissau onde nenhum grupo é maioritário.⁴⁶ Dito isto, a reforma e a dinamização das Forças Armadas continua a ser um elemento chave para a estabilização do país, e a reconciliação étnica no seio das Forças Armadas é essencial para alcançar um progresso sustentável. Além disso, o agravamento das divisões étnicas na Guiné-Bissau vem demonstrar que enquanto permanecem por resolver outros motivos de instabilidade, surgem novos factores de violência.

PARCEIROS INTERNACIONAIS POUCO CREDÍVEIS

As repetidas crises na Guiné-Bissau provocaram por vezes o envolvimento de Estados vizinhos e organizações internacionais, o que em vez de ter um efeito estabilizador levou os intervenientes externos a serem acusados de tomar partido ou de competirem entre si. Deste modo, a maior parte dos países vizinhos da Guiné-Bissau e os parceiros internacionais em geral não são considerados mediadores credíveis.

Poucos dias após estalar o conflito de 1998-1999, Senegal e Guiné destacaram conjuntamente cerca de 2.000 soldados para apoiar o Presidente Vieira, por exemplo. Os guineenses opuseram-se frontalmente à intervenção estrangeira e alinharam-se com as forças do General Mané, originando violentos confrontos entre tropas senegalesas e guineenses. Por fim a CEDEAO interveio, mas de uma forma que muitos interpretaram como sendo favorável a Nino Vieira. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tentou por seu lado negociar a paz, mas o Senegal e a CEDEAO resistiram ao envolvimento desta organização, que consideravam querer favorecer as forças de Mané.⁴⁷ Por outras palavras, poucos parceiros externos pareciam ser de facto neutros no conflito.

Esta dinâmica mantém-se até hoje com alguns novos intervenientes. Angola tem tido um crescente envolvimento nos assuntos da Guiné-Bissau, tanto a nível bilateral no contexto político, económico e militar, como por intermédio da CPLP, organização a que presidiu de 2010 a 2012. A empresa de extracção mineira Bauxite Angola anunciou em 2007 um investimento no valor de 321 milhões de dólares (US\$) na Guiné-Bissau, e fez um pagamento inicial de 13 milhões ao governo, para a mineração de depósitos de bauxite (o principal componente do alumínio) na região Sueste do país e ampliar um porto em Buba para facilitar as exportações. Esta região tem uma geologia semelhante à da vizinha Guiné, o maior produtor de bauxite de África. 70 por cento da Bauxite Angola é detida por empresas angolanas paraestatais, a Sonangol e o Banco Angolano de Investimentos, 20% é detida directamente pelo governo de Angola e 10% pelo governo da Guiné-Bissau. Em Setembro de 2010 foi assinado um Protocolo de Assistência Técnica e Militar, em Luanda, pelo Ministro da Defesa da Guiné-Bissau, Aristides Ocante da Silva e o seu homólogo angolano Cândido Pereira Van-Dúnem. O Primeiro-Ministro Carlos Gomes Jr. e o Presidente de Angola José Eduardo dos Santos afirmaram o seu apoio a esta iniciativa numa conferência de imprensa conjunta, estabelecendo assim os alicerces do lançamento, em Março de 2011, da Missão de Segurança das Forças Angolanas na Guiné-Bissau (MISSANG), dotada de 600 militares, para realizar uma reforma do sector da segurança no valor de 30 milhões de dólares. O General Indjai, embora tivesse participado inicialmente nas consultas relativas à missão angolana, suspeitava a MISSANG de destinar-se principalmente a apoiar e proteger o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Jr. e os interesses de Angola na Guiné-Bissau. Argumentou que as tropas estavam equipadas com armamento pesado e tanques, algo que considerava desadequado a uma missão de reforma do sector da segurança.

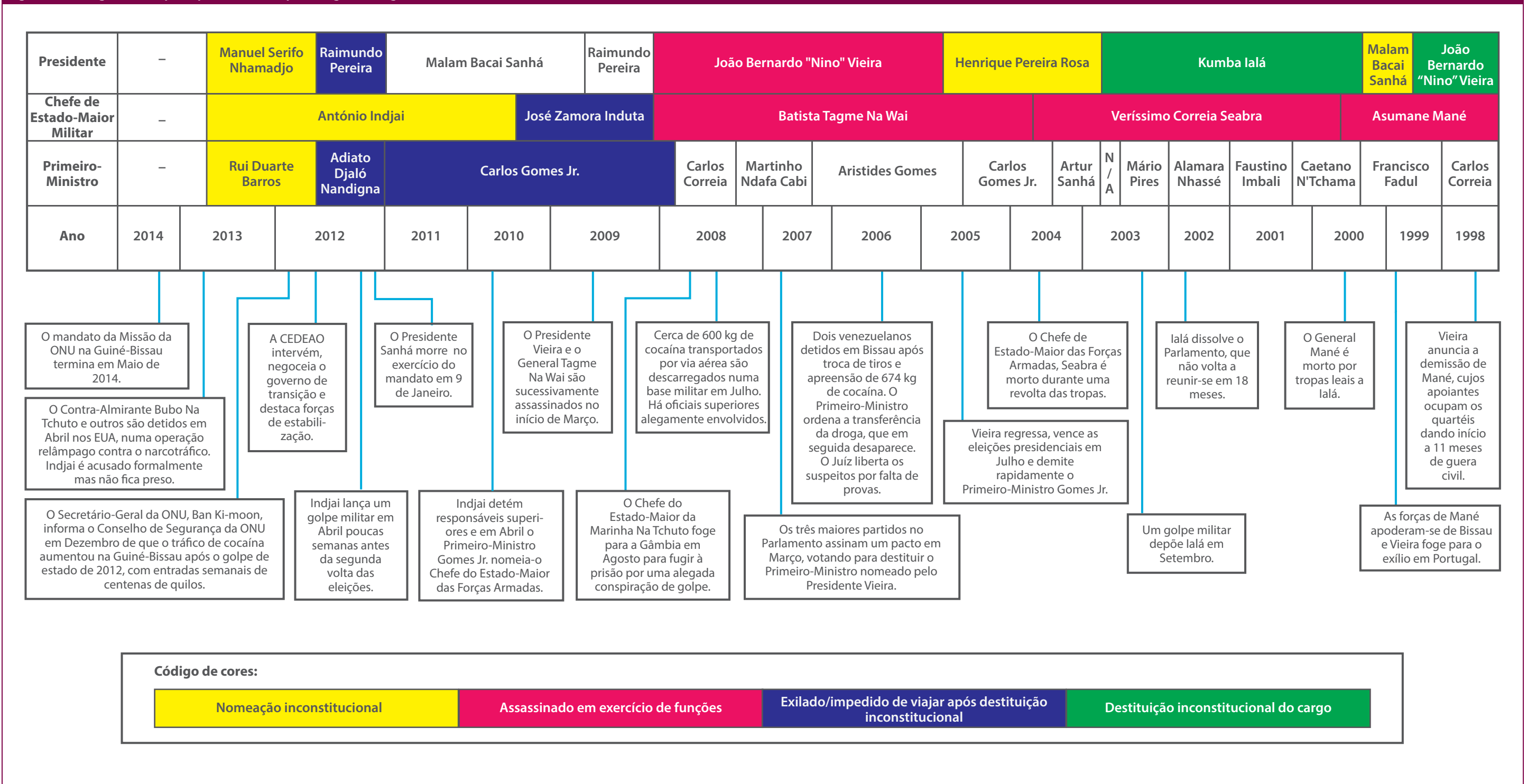
Diversas autoridades guineenses, incluindo o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Jr., deslocaram-se também diversas vezes a Luanda. Durante crises como os combates travados em Bissau em Dezembro de 2011, Gomes Jr. procurou refúgio na Embaixada de Angola. Além disso, o governo de Angola perdoou a totalidade da dívida bilateral da Guiné-Bissau, no valor de 38 milhões de dólares, e em 2010 concedeu ao país uma linha de crédito no valor de 25 milhões de dólares.

A MISSANG retirou-se do país após o golpe de estado de Abril de 2012. A Missão da CEDEAO para a Guiné-Bissau (ECOMIB) destacou 677 tropas em Maio de 2012, primeiro para supervisionar a retirada da MISSANG e, no âmbito de um mandato alargado, apoiar a transição e as reformas em curso no sector da segurança. Infelizmente, a ECOMIB inclui um grande contingente de tropas senegalesas, o que reacendeu ressentimentos do conflito de 1998-1999 e levantou dúvidas quanto à neutralidade da força, que também tem sido muito criticada na Guiné-Bissau por ineficácia, devido ao facto de a sua base estar situada longe de Bissau e de realizar poucas patrulhas, além de ser alvo de recorrentes queixas de abusos de direitos humanos. A missão da CEDEAO deve também precaver-se contra o risco de as tropas da África Ocidental serem arrastadas para o narcotráfico.

Embora se tenha registado alguma cooperação, a CEDEAO tem tratado de um modo geral a intervenção de Angola e o envolvimento da CPLP na Guiné-Bissau como uma ingerência no papel que lhe foi atribuído enquanto principal organismo para a manutenção da paz, segurança e desenvolvimento na África Ocidental. A CPLP, por seu lado, tem por vezes sido acusada de querer ultrapassar as suas funções de órgão destinado principalmente à partilha de laços culturais e comerciais. Do ponto de vista da CEDEAO, a CPLP carece dos meios financeiros, capacidade institucional e experiência para gerir este tipo de desafios. A CEDEAO dispõe efectivamente uma equipa maior e tem afectado mais recursos a intervenções na Guiné-Bissau.

A CPLP e a CEDEAO têm de um modo geral proposto soluções marcadamente distintas para estabilizar o país desde o golpe de 2012, no que tem sido descrito como uma "guerra territorial".⁴⁸ Logo a seguir ao golpe de estado, a CEDEAO suspendeu a Guiné-Bissau e impôs restrições de viagem e de concessão de vistos a oficiais superiores da Guiné-Bissau, nomeadamente o General Indjai. No entanto, a CEDEAO negociou rapidamente um quadro de transição, em Maio de 2012, com o "Comando Militar" de Indjai e diversos partidos da oposição. Inicialmente previsto para durar 12 meses, o acordo foi depois prorrogado até final de 2013. Este quadro de transição foi veementemente criticado pelo PAIGC, que durante meses optou pela sua rejeição, considerando-o como uma legitimação do golpe. Note-se que dias antes da assinatura do pacto de transição, Manuel Serifo Nhamadjo, candidato independente a presidente na primeira volta das eleições de Março de 2012 e antigo deputado do PAIGC, foi proposto pelos mediadores da CEDEAO como presidente de transição por consenso, após discussões com intervenientes nacionais de destaque. Nhamadjo goza de um apoio considerável dos líderes da CEDEAO, pois foi membro do Parlamento da CEDEAO durante 11 anos, incluindo um ano na qualidade de vice-presidente da sua assembleia.

Figura A. Cronograma dos principais eventos e personagens no agravamento da instabilidade na Guiné-Bissau



A abordagem da CPLP tem sido abertamente contrária à da CEDEAO. Os líderes depostos da Guiné-Bissau têm representado o país nas cimeiras da CPLP realizadas desde o golpe. A organização não reconheceu as autoridades de transição e defende a retoma imediata da ordem constitucional. Entretanto, Gomes Jr. e outras personalidades políticas e militares exiladas têm residido em Portugal, sede da CPLP. Em suma, tanto a CPLP como a CEDEAO parecem apoiar redes distintas de aliados na Guiné-Bissau, agravando a polarização política e reforçando as rivalidades no seio da classe dirigente no país.

Portugal também tem mantido a sua influência na Guiné-Bissau. Tem apoiado algumas iniciativas de desenvolvimento de capacidades no país, em especial nos domínios dos inquéritos de segurança, formação e apoio ao desenvolvimento da Polícia Judiciária, a qual tem registado progressos significativos. A Assembleia da República tem continuado a prestar algum apoio técnico à Assembleia Nacional em Bissau, nomeadamente em matéria de formação linguística e literacia. Portugal tem trabalhado principalmente por intermédio do envolvimento da União Europeia no país, que suspendeu a sua missão de reforma do sector da segurança em Setembro de 2010 após a tomada de posse do General Indjai e a readmissão do Contra-Almirante Na Tchuto. Com efeito, Portugal tem apoiado fortemente a posição da CPLP no que respeita ao golpe de estado de Abril de 2012, o que tem colocado Portugal em conflito com a CEDEAO, que por sua vez tem procurado ampliar o reconhecimento do governo de transição. Enquanto ocupou um assento no Conselho de Segurança da ONU de 2011 a 2012, Portugal poderá ter conseguido travar os esforços da CEDEAO para promover uma estratégia de envolvimento da ONU com o governo de transição. Segundo os críticos da CPLP, Portugal é visto como tendo ficado a perder na questão do golpe de estado. Algumas empresas portuguesas importantes, incluindo franquias estatais, têm ligações com empresas associadas a Carlos Gomes Jr., nomeadamente a retalhista de petróleo Petromar, detida maioritariamente pela Galp Energia, e o maior banco de retalho do país, o Banco da África Ocidental (BAO), anteriormente detido por um importante banco de investimento português, o Montepio Geral.

A Geocapital, uma empresa pertencente ao magnata do jogo de Macau, Stanley Ho, comprou uma participação de controlo no BAO, em 2007, ao mesmo tempo que Carlos Gomes Jr. vendia as suas acções do banco.⁴⁹ É digno de destaque o facto de as linhas de crédito de Angola para a Guiné-Bissau serem geridas pelo Banco Privado Atlântico, que é um banco internacional detido conjuntamente pela Sonangol e a Global Pactum, empresa também detida pela Geocapital de Stanley Ho.⁵⁰ Stanley Ho foi investigado por reguladores e agências de aplicação da lei dos EUA por ligações ao branqueamento de capitais e ao crime organizado chinês.⁵¹ A diminuta ligação da Guiné-Bissau ao sistema financeiro internacional conjugada com a dimensão e as conexões do BAO a bancos em Portugal, Cabo Verde, Macau e Angola tornam este banco o mecanismo ideal para o branqueamento de capitais do narcotráfico.

O crescente envolvimento da China na Guiné-Bissau é igualmente digno de nota. A China financiou a construção da Assembleia Nacional em 2006, do Palácio da Justiça em 2008, de um hospital e de aquartelamentos militares em 2010 e de um edifício de escritórios do governo em 2011. As obras de restauro do palácio presidencial iniciaram-se nesse mesmo ano. A China também prestou ajuda orçamental ao governo, como o montante de 4 milhões de dólares disponibilizado em 2005 para o pagamento de salários

em atraso aos funcionários públicos e a realização de uma reunião da CPLP em Bissau.

Em Maio de 2012 soube-se que dezenas de milhares de chineses tinham obtido passaportes da Guiné-Bissau emitidos pelo posto consular da Guiné-Bissau em Macau. Tratou-se aparentemente de uma tentativa dos chineses continentais para contornar restrições em matéria de investimentos além de um novo canal possível de branqueamento de capitais. A notícia foi divulgada 18 meses após o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Jr. presidir à abertura do posto consular em Macau, onde o seu filho acabou por obter emprego.⁵²

As actividades da China na Guiné-Bissau em matéria de investimentos, financiamentos e apoio orçamental, devido à sua tão estreita ligação aos interesses de Gomes Jr., podem vir a inflamar ainda mais as tensões existentes entre líderes militares e civis.⁵³ Com efeito, os interesses chineses na Guiné-Bissau são passíveis de reforçar o clientelismo, a competição de bastidores e a esclerose institucional que se têm revelado tão desestabilizadoras.⁵⁴

Em resumo, os desentendimentos entre a CEDEAO, a CPLP e outros intervenientes internacionais de relevo na Guiné-Bissau têm agravado os desafios com que o país se confronta. Os países com mais influência e que melhor conhecem as dinâmicas que alimentam a crise na Guiné-Bissau são vistos cada vez mais como sendo, eles próprios, instigadores da divisão. As suas iniciativas são deste modo encaradas com profunda suspeita e as suas propostas de reforma ou compromisso são tratadas como destinadas a resistir a qualquer mudança.

ANÁLISE: DE ESTADOS FRÁGEIS A NARCO-ESTADOS

A história pós-independência da Guiné-Bissau pode parecer uma mera sucessão de intrigas e rivalidades entre a classe dirigente, um pequeno elenco de personagens que procuram vencer a corrida de uma forma cada vez mais desesperada e no processo, arrastam o país de crise em crise. No entanto, os problemas do país não se reduzem às maquinações de alguns indivíduos. A morte em 2009 do Presidente Nino Vieira, possivelmente a figura mais poderosa e desestabilizadora desde a independência, não livrou de forma alguma a Guiné-Bissau dos golpes de estado nem do narcotráfico. Pelo contrário, a instabilidade permanente do país deve-se a problemas múltiplos, interligados e muitas vezes de natureza institucional, designadamente um quadro político frágil, um sector da segurança politicamente manipulado e o narcotráfico, tudo agravado pela instrumentalização emergente de distinções étnicas e, por vezes pela falta de isenção dos parceiros internacionais.

Contudo, os problemas da Guiné-Bissau nem sempre foram tão complexos. As rivalidades étnicas eram praticamente inexistentes durante a luta pela independência e a guerra civil de 1998-1999. O mercado europeu de cocaína era comparativamente menor, no final da década de 1990 e no início dos anos 2000, pelo que a Guiné-Bissau tinha nessa época um papel insignificante no narcotráfico. Em contrapartida, a instabilidade da Guiné-Bissau tem ficado em grande medida a dever-se ao poder quase absoluto tradicionalmente exercido pela Presidência da República. Os presidentes da Guiné-Bissau têm cultivado o regime do “vencedor fica com tudo”: grande acesso aos dinheiros públicos usados em proveito político e pessoal, nomeações de

apoiantes para cargos em todos os sectores e níveis oficiais, exoneração de procuradores para suspender investigações e dissolução de governos. Esta já era a realidade antes da instrumentalização política das Forças Armadas, do narcotráfico e doutros problemas recentes. Em muitos aspectos, foi esta autoridade sem limites da presidência que provocou a violenta reacção das Forças Armadas à decisão do Presidente Nino de substituir o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas em 1998, e resultou numa guerra civil e na politização progressiva dos militares. A concentração de poderes na Presidência da República prolongou o regime caótico e desastroso de Kumba Ialá, no início da década de 2000, que provocou outro colapso do Estado em 2003. Além disso, encorajou uma violência cada vez maior na competição pelo cargo, facilitou o tráfico de cocaína e agitou tensões étnicas. Os próprios parceiros internacionais do país acabaram por ser arrastados para esta competição, tomando partido por facções opostas e sacrificando, desta feita, a sua neutralidade e credibilidade. Assim, embora as crises da Guiné-Bissau estejam inter-relacionadas, é a concentração de poderes na presidência — e, inversamente, a fragilidade dos mecanismos de controlo do poder do sistema político — que têm directa e indirectamente produzido a espiral de instabilidade em que o país vive mergulhado.

O ciclo de violenta competição política pelo “tudo ou nada” na Guiné-Bissau foi agravado por uma década de narcotráfico, além de o tráfico ter ultrapassado a capacidade das instituições e dos dirigentes nacionais para gerir o país de forma realista e travar a crescente fragmentação interna. Torna-se deste modo necessário um acompanhamento internacional contínuo para estabilizar o país. Os intervenientes externos têm cada vez mais interesse em se envolver na procura de soluções porque o agravamento da situação da Guiné-Bissau fomenta a instabilidade noutras partes da região. Anteriores envolvimentos externos demonstraram no entanto que iniciativas pontuais para conter os problemas do país ou destinadas apaziguar as elites políticas e militares apenas produzem o aparecimento de novos e incontroláveis problemas. É necessária uma estratégia contínua e integrada para mitigar os principais factores da instabilidade na Guiné-Bissau e romper o ciclo de crises do país. Existe felizmente um contingente viável de agentes nacionais que está a construir as bases de uma recuperação: uma sociedade civil emergente, um sector de meios de comunicação resistente, a legislatura nacional e outras vozes isentas podem assegurar o equilíbrio e o ímpeto necessários para promover a agenda da reforma com persistência. Mas sem apoio político, financeiro e técnico de parceiros internacionais esta agenda tem poucas probabilidades de ser concretizada.

A situação da Guiné-Bissau deve também ser encarada por África como um aviso de que impedir o desenvolvimento de outros narco-Estados constitui um imperativo. Porque, embora seja o primeiro, o caso da Guiné-Bissau não é único. A centralização da autoridade, instituições fracas, gestão deficiente do sector da segurança, reduzido nível de desenvolvimento, antecedentes de conflito e cisões sociais são características recorrentes dos Estados frágeis.⁵⁵ São estas precisamente as condições procuradas pelas redes de narcotráfico (consultar caixa de texto na página 33). Existem inúmeras variantes destas circunstâncias nos 25 países africanos indicados como “críticos” ou “em risco” de fracasso no Índice de Estados Falhados de 2012, nomeadamente na Guiné-Bissau.⁵⁶

A construção de um narco-Estado

Para o traficante que avalia a “facilidade de fazer negócios”, os Estados frágeis apresentam várias condições potencialmente atraentes para a cadeia da oferta e da procura internacional de narcóticos:

- ◆ Situação geográfica vantajosa em relação aos países produtores e países de consumo de alto valor ou pontos geográficos intermédios essenciais para chegar a estes mercados. A “geografia” neste âmbito é valorizada não apenas em termos de distância física entre produtores e consumidores mas também em termos das ligações existentes com portos aéreos e marítimos de maior tráfego, rotas terrestres e serviços financeiros e bancários.
- ◆ Concentração suficiente de autoridade em relativamente poucos indivíduos, em especial no âmbito das ligações aéreas, marítimas e terrestres. Funcionários potencialmente receptivos a facilitar a movimentação de carregamentos de droga a granel.
- ◆ A receptividade dos indivíduos à corrupção é influenciada por uma combinação de:
 - Salários baixos, perspectivas de carreira diminutas, orgulho institucional limitado, baixo nível de profissionalismo, identidade nacional fraca, ausência de comprometimento com a comunidade, etc.
 - Grande necessidade de rendimentos por parte de indivíduos bem colocados, devido à precaridade e irregularidade de fontes de rendimento alternativas ou devido a motivos de concorrência económica.
 - Prática anterior doutras formas de corrupção, particularmente outros negócios ilícitos que resulta numa transição directa ou “promoção” para o narcotráfico de alto valor.
 - Baixa consciência dos “riscos operacionais” associados ao transbordo, que leva as comunidades e grupos de interesses a ignorar as actividades ilícitas.
- ◆ Baixo risco de denúncia por fraqueza de supervisão, dos meios de comunicação independentes ou da sociedade civil.
- ◆ Baixo risco de processo penal por lacunas no código legal, como a ausência de criminalização do narcotráfico, ou um sistema judiciário manipulável, que permite o não pagamento de fiança ou a corrupção de autoridades chave.
- ◆ Baixo custo das operações, principalmente em termos de pagamentos a facilitadores locais em troca de serviços.
- ◆ Enquadramento regulamentar deficiente, lacunar ou opaco que facilita a aquisição de bens imobiliários e de empresas-fachada.

A Guiné-Bissau é atraente para os traficantes por ser um país próximo do mercado europeu, em franco crescimento, e por ter ligações razoavelmente sólidas com Portugal, ponto de passagem essencial para a droga destinada à Europa, e outros países africanos como o Senegal, Mauritânia, Gâmbia ou Marrocos. O Presidente Nino Vieira foi certamente receptivo ao tráfico de droga e dispunha de suficientes poderes para facilitar a sua movimentação. Pode ter sido mesmo um dos primeiros indivíduos a introduzir o tráfico de cocaína a granel através de África com destino à Europa, usando os contactos que estabeleceu enquanto esteve exilado em Portugal e no Senegal e durante o período que passou na Guiné de 1999 até 2005. À medida que o tráfico evoluiu, os chefes militares também se envolveram devido à autoridade que exerciam sobre rotas terrestres, aéreas e marítimas, bem como dos meios de que dispunham para proteger carregamentos a granel. De facto, o envolvimento anterior das Forças Armadas no tráfico de armas poderá ter facilitado uma transição para o narcotráfico. As Forças Armadas e Nino Vieira, assim como outros quadros dirigentes ao mais alto nível, já no passado competiam pelo poder e tinham poucas outras fontes de rendimento comparável. Por conseguinte, recebiam de bom grado os volumosos montantes associados ao narcotráfico para reforçar as suas posições. As poucas instituições com capacidade para intervir como a Assembleia Nacional, a Polícia Judiciária e o poder judiciário eram demasiado frágeis. O risco de serem denunciados era mínimo, embora grupos da sociedade civil e meios de comunicação independentes tenham chamado a atenção para o assunto com frequência nos últimos anos e alguns tenham apontado corajosamente o dedo a dirigentes e responsáveis de relevo. O risco de serem alvo de processo penal também era muito reduzido. As poucas detenções efectuadas foram geralmente indeferidas ou declaradas nulas pelos tribunais. O enquadramento regulamentar da Guiné-Bissau é extremamente permissivo. A aquisição de bens imobiliários e a constituição de empresas é bastante simples e exige uma documentação e supervisão mínimas, particularmente no caso de indivíduos bem relacionados. Todas estas condições conferiram à Guiné-Bissau a “vantagem comparativa” que transformou o país no primeiro narco-Estado de África.

O tráfico de narcóticos de elevado valor tem progredido em muitos dos países vizinhos da Guiné-Bissau. No Senegal têm sido apreendidas grandes quantidades de cocaína e os traficantes regionais têm usado este país como base. Em 2011 um banco na Gâmbia foi formalmente acusado pelo governo dos EUA de ligações com o narcotráfico da África Ocidental e com a rede de branqueamento de capitais dirigida pelo Hezbollah.⁵⁷ Na Serra Leoa, em 2008, foram feitas várias apreensões de cocaína e o Ministro dos Transportes foi implicado e obrigado a demitir-se. Nunca tendo no entanto sido formalmente acusado, foi readmitido como conselheiro especial do Presidente pouco tempo depois e tornou-se Ministro de Assuntos Políticos e Públicos em 2013.⁵⁸ A própria natureza do narcotráfico em África continua a sofrer evoluções. No Gana têm-se registado múltiplos casos não só de tráfico de cocaína como também de heroína. Foram apreendidas grandes quantidades de produtos químicos usados na produção de anfetaminas na Costa do Marfim e no Níger.⁵⁹ Membros de uma rede de narcotráfico, desmantelada em 2010 na Libéria, foram secretamente gravados por informadores das autoridades norte-americanas a tentar convencer agentes superiores dos serviços de informações da Libéria a construir um laboratório para produzir anfetaminas para venda nos Estados Unidos e no Japão. Na Nigéria desde Julho de 2011 foram descobertos cinco sofisticados laboratórios de anfetaminas.⁶⁰ As anfetaminas são geralmente vendidas a um preço grossista muito superior ao da cocaína e heroína, assegurando maiores lucros aos grupos criminosos, o que pode prenunciar uma nova era de instabilidade em África impulsionada pelos narcóticos.

Estes episódios mostram de que modo o narcotráfico internacional em África continua a aprofundar-se, a evoluir e a crescer. Só a partir de 2006 e em 2007 se começou a falar dos cartéis latino-americanos que andavam a explorar os Estados frágeis da África Ocidental para transbordo e armazenamento de cocaína destinada à Europa.⁶¹ Em 2012, transitavam pela África Ocidental importantes quantidades de cocaína proveniente da América do Sul. A heroína proveniente do Sul da Ásia passava pela África Oriental e eram produzidas no continente africano cada vez mais anfetaminas para venda no Leste e Sudeste Asiático.⁶² Grande parte desta actividade, e cada vez mais, é levada a cabo por redes criminosas africanas. Sem que ninguém tivesse dado por isso, o que começou por ser um problema de transbordo transformou-se rapidamente em algo de muito maiores dimensões, mais complexo, de fabrico nacional e altamente destabilizador.

À luz da constante expansão do narcotráfico em África, a Guiné-Bissau não será talvez o único narco-Estado do continente, apenas o mais evidente. A pequena dimensão da economia guineense, antecedentes de grande rivalidade entre as elites político-militares, uma história de conflitos e instituições frágeis permitiram que a deterioração causada pelo narcotráfico de alto lucro progredisse rapidamente na Guiné-Bissau, impondo um ritmo mais acelerado de golpes, assassinatos e crises. São poucos os países em África comparáveis com a Guiné-Bissau, porque não têm esta combinação e intensidade de factores negativos. O que não significa que não estejam a surgir outros narco-Estados em África. O Mali, por exemplo, manifestou os primeiros sinais de instabilidade criada pelo narcotráfico em 2007-2008.⁶³ O aumento do volume de tráfico de cocaína para e através do Mali, ao longo da década passada, contribuiu para o enfraquecimento do Estado, a corrupção das Forças Armadas e a violência entre novas redes de milícias, de criminosos e de terroristas na região Norte do país.⁶⁴ Seguiu-se no início de 2012 uma rápida sucessão de acontecimentos. O país que

antes fora um modelo emergente de democracia e estabilidade na África Ocidental sofreu um golpe militar e ficou dividido ao meio, entre um Estado governado por forças militares do exército regular maliano no Sul, e um território sem governo a Norte, controlado por milícias fundamentalistas islâmicas. É possível que estejam em marcha processos semelhantes noutros países africanos, mas estas mudanças tendem a ocorrer de dentro para fora e não são facilmente visíveis de início. Só no momento em que a crise irrompe se torna patente até que ponto o Estado foi enfraquecido.

Esta é uma característica comum do narcotráfico. Apesar de o narcotráfico evocar frequentemente as imagens da violência que há anos aflige o México e a Colômbia, esta reflecte geralmente uma fase mais adiantada na trajectória dos narco-Estados. Inicialmente o tráfico começa por passar despercebido, enquanto os traficantes cooptam indivíduos ou instituições em posições chave para facilitar as suas actividades clandestinas.⁶⁵ Trata-se de um enfraquecimento gradual das instituições oficiais a partir do seu próprio núcleo. Ao longo do tempo, a polícia, o poder judiciário, as Forças Armadas e os partidos políticos correm o risco, no seu conjunto, de serem corrompidos pelos elevados lucros do tráfico de droga.⁶⁶ Da mesma forma, o narcotráfico agrava os factores de instabilidade pré-existentes no seio de um país de transbordo. À medida que o tráfico aumenta, o Estado torna-se mais frágil, a concorrência entre as camadas superiores aumenta, assim como a violência política, a corrupção e as actividades de quadrilhas ou milícias. Nalguns países, o tráfico cresce ao ponto de a corrupção e a cumplicidade das autoridades deixarem de ser o mais importante, à luz da corrida aos lucros fabulosos proporcionados por recursos que afinal de contas são limitados e envolvem múltiplos intervenientes e grupos. Nestes ambientes “maduros” do narcotráfico é frequente o recurso à intimidação e à violência para proteger ou aumentar o negócio. O combate aos grupos consolidados de narcotráfico e a batalha para inverter uma situação instalada há anos exige um longo período de esforços de reabilitação e reforma. Precisamente como acontece na Guiné-Bissau, uma reforma semelhante é quase impossível de levar a cabo sem apoios externos significativos, muito para além do que teria sido necessário para atenuar ou prevenir os estragos se o problema tivesse sido compreendido mais cedo, quando a ameaça em causa era mais unidimensional.⁶⁷

RECOMENDAÇÕES

A situação de crise permanente na Guiné-Bissau tem vindo a agudizar-se e a adquirir características cada vez mais violentas. Além disso, o papel deste país como impulsionador da instabilidade é cada vez mais notório entre os países vizinhos, especialmente o Senegal, Gâmbia, Mauritânia, Mali e Guiné entre outros. Em vez de procurar remediar sintomas, é necessário um quadro de estabilização que permita sanar as divisões políticas profundamente enraizadas no país. Para romper o ciclo são necessárias reformas fundamentais. As divisões atingem diversas camadas da sociedade guineense, o que exige meios de reforma diversos, simultâneos e baseados na colaboração entre agentes nacionais e parceiros internacionais. Considerando o forte interesse das personalidades mais influentes em manter o status quo, as resistências a qualquer tipo de iniciativa reforma serão inevitáveis.

Reformas políticas e de governação

A concentração de poderes e a ausência de mecanismos de controlo da acção exercida pela Presidência da República estão no âmago das crises que afligem a Guiné-Bissau. As estreitas margens de vitória nas últimas eleições presidenciais na Guiné-Bissau e a reorganização constante dos partidos eleitos para a assembleia nacional são indícios de que o eleitorado favorece um governo mais equilibrado que reflecta uma representação ampla. Os guineenses querem um processo de tomada de decisões mais deliberativo e sujeito a regras e desejam romper com a mentalidade do "vencedor fica com tudo" que há muito domina a política da Guiné-Bissau, em especial nas campanhas frequentemente violentas para a Presidência da República. A criação de múltiplos órgãos de poder reduzirá os riscos e reforçará a estabilidade e a prosperidade. É um facto que durante o mandato do Presidente Sanhá, um equilíbrio de poderes, quase fortuito, entre as grandes tendências da governação no seu conjunto produziu um período de paz e crescimento económico com benefícios para todos. Contudo, um sistema de equilíbrio de poderes desta natureza precisa de ser institucionalizado, devendo incluir legislação para:

- ◆ Dotar o Primeiro-Ministro de maiores poderes de execução
- ◆ Delimitar claramente os poderes do Presidente para fazer nomeações a nível nacional, regional e local
- ◆ Reforçar o papel da Assembleia Nacional na aprovação de orçamentos e monitorização de despesas
- ◆ Conceder maior autoridade e autonomia a:
 - Gabinete do Procurador-geral
 - Sistema judicial
 - Comissão anticorrupção
 - Comissão de direitos humanos
- ◆ Revitalizar a função pública com base no mérito.⁶⁸

Estas e outras alterações vão exigir que a Guiné-Bissau reveja a sua Constituição, a qual reflecte ainda, em grande medida, o regime de partido único que emergiu na era pós-independência. Neste documento que deveria ser intemporal e constituir a base de um sistema político democrático, ocupam actualmente lugar de relevo as referências explícitas a partidos políticos, ao movimento de libertação e a outros acontecimentos concretos. Para conceber um enquadramento de governação moderno e mais conducente a uma ordem democrática estável, equilibrada e duradoura, deve ser criada uma comissão composta de peritos nas áreas política e jurídica e que represente claramente os grupos da sociedade civil da Guiné Bissau. Uma iniciativa deste tipo basear-se-ia em diversas experiências anteriores de assembleias constitucionais na África Ocidental, realizadas durante períodos de transição, como por exemplo a comissão para a reforma constitucional estabelecida no Níger, no seguimento da crise provocada pelas eleições à presidência que deram lugar a um golpe de estado militar em 2010. Esta comissão integrou 18 peritos das áreas política e jurídica, entre os quais um académico da diáspora do Níger que presidiu à comissão. A Constituição provisória foi redigida após amplas deliberações e o contributo da sociedade civil e de grupos de interesses. A versão provisória foi finalmente adoptada por referendo nacional, abrindo caminho ao restabelecimento da ordem constitucional, ao abrigo de um novo enquadramento de governação, com poderes mais circunscritos para a Presidência e o gabinete do Primeiro-Ministro, um tribunal constitucional mais sólido e direitos individuais mais bem definidos, entre outros aspectos.⁶⁹

A Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, embora seja geralmente considerada bem organizada, equilibrada e representativa, não obstante os seus recursos limitados, é subaproveitada como mecanismo mediador de reforma e mudança no país. Os seus membros não se sentem suficientemente preparados, e falta-lhes experiência de trabalhar com homólogos, para elaborar uma agenda política e exercer as funções de supervisão inerentes a uma legislatura. Além disso, são raras as reuniões e iniciativas a nível de povoações para ligar as comunidades aos seus representantes, o que cria um fosso entre a política nacional e os interesses das comunidades, que prejudica tanto os parlamentares como os cidadãos. Embora as Assembleias Nacionais de Portugal e do Reino Unido tenham realizado esforços para promover os valores do parlamentarismo no contexto do desenvolvimento da Guiné-Bissau, a comunidade internacional no seu conjunto também deve apoiar a Assembleia Nacional guineense no quadro de uma estratégia de normalização da vida política do país, que passa por conferir aos seus deputados a capacidade de ocuparem o seu lugar nos termos da lei, enquanto primeiros representantes dos interesses dos cidadãos e do esforço colectivo para imprimir coesão à sociedade guineense.

Uma Assembleia Nacional mais capacitada na Guiné-Bissau exige da oposição parlamentar um papel mais forte. Os grupos de oposição na Assembleia Nacional guineense têm estado remetidos a uma participação irrelevante nos debates do orçamento de Estado, na redacção de projectos de lei, nos programas de governo e outros assuntos fundamentais da vida política. A sua marginalização explica a propensão de alguns políticos da oposição para subverter o processo democrático, conluir-se com as Forças Armadas e desestabilizar o país. Noutras legislaturas e parlamentos, os principais partidos da oposição exercem o controlo de determinadas comissões, geralmente designadas Comissões de Contas Públicas, com poderes para realizar audições, convocar representantes das autoridades para deporem, encomendar auditorias de programas do governo

e avaliar despesas públicas. O estabelecimento de uma comissão deste tipo na Assembleia Nacional da Guiné-Bissau contribuiria para reforçar os mecanismos de equilíbrio de poderes, encorajar os políticos da oposição a trabalharem no âmbito do sistema, e não à margem dele, e mudar o espírito do " vencedor fica com tudo" que há demasiado tempo domina a política da Guiné-Bissau.

Lidar com o passado

Por muito que razoável e equilibrada que uma agenda de reformas possa ser, a escala da polarização e das divisões fomentadas por anos de intrigas políticas, abusos de poder, violência e golpes de estado dificultará sempre a obtenção de consensos e a sua posta em prática.⁷⁰ É urgente restaurar a confiança e o diálogo.

A Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, criada pela Assembleia Nacional em 2009, deve protagonizar os esforços para promover a confiança e o diálogo. A Comissão tem recebido até à data assistência financeira e técnica da ONU, da União Interparlamentar e dos governos de Portugal e do Japão, além de mediação externa prestada pelo Parlamento Britânico. Promove contactos em vários quadrantes, tanto entre as principais facções políticas e militares, como junto de líderes comunitários, grupos de cidadãos e representantes da sociedade civil em todo o país. O seu objectivo consiste em restabelecer gradualmente os canais de comunicação essenciais para a resolução pacífica de disputas na Guiné-Bissau.

Sem canais de comunicação estabelecidos para aliviar tensões ou resolver mal-entendidos, os pequenos incidentes ganham vida própria com muita rapidez na Guiné-Bissau, resultando em emergências graves, mas geralmente evitáveis. De 2010 até ao início de 2012, o Escritório Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau e a Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação fizeram grandes progressos no estabelecimento intercâmbios regulares semi-privados e mesmo públicos entre os principais assessores do General Indjai, do Primeiro-Ministro Gomes Jr. e do Presidente Sanhá. Embora muitas reuniões não tenham produzido reformas concretas, a simples oficialização destes intercâmbios regulares é uma forma de restaurar lentamente a confiança e de encontrar áreas de consenso que favoreçam o progresso. Lamentavelmente, com a morte do Presidente Sanhá no início de 2012, esta nova dinâmica foi destruída antes de estar suficientemente consolidada para prevenir as tensões que surgiram a seguir e que resultaram no golpe de estado de Abril de 2012. Esses esforços demonstraram no entanto que era possível levar a cabo um diálogo construtivo. A Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação e a missão da ONU devem esforçar-se para restabelecer os intercâmbios entre as principais facções políticas e militares, para consolidar uma rotina de diálogo e impedir que as crises assumam proporções incontroláveis.

A Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação foi também incumbida de organizar uma Conferência Nacional para a Paz e o Desenvolvimento. Este evento deve ter uma base ampla e servir como um fórum que permita a uma pluralidade de guineenses apresentar as suas prioridades, queixas e aspirações para o país, assim como discutir as causas dos conflitos e as reformas e estratégias necessárias para uma reconciliação nacional. Para promover uma ampla adesão à iniciativa, a Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação já fez extensas consultas preliminares no país. Além de várias reuniões em Bissau com representantes das

principais instituições políticas e do sector da segurança, a Comissão organizou, em 2010 e 2011, um total de 22 encontros de 1 400 delegados durante 80 dias de viagem por todas as regiões administrativas do país. As opiniões e debates registados nestas reuniões servirão de base para a elaboração da agenda da Conferência Nacional. Além disso, peritos com experiência em países pós-conflito, como o Ruanda, a África do Sul e a Irlanda do Norte, participarão na Conferência Nacional como facilitadores objectivos e transmissores de ensinamentos retirados doutras experiências de reconciliação em contextos polarizados.

A Conferência Nacional foi inicialmente programada para fins de Janeiro de 2012 mas a morte do Presidente Sanhá no início de Janeiro obrigou ao seu adiamento. A seguir ao golpe de estado o processo foi relegado para segundo plano. No entanto, todo o trabalho de grande valor já concretizado para restaurar a confiança e o diálogo no país permite que a Conferência Nacional seja reactivada e demonstre aos guineenses que podem trocar opiniões de forma construtiva, que serão ouvidos e que o diálogo é uma forma valiosa de expressar queixas e de chegar a um entendimento comum.

Em paralelo com o processo da Conferência Nacional, é necessário adoptar outras iniciativas sustentadas de reconciliação, sobretudo entre civis e militares. Os esforços em curso para promover encontros regulares entre veteranos, oficiais e representantes da sociedade civil, como o “Mom ku Mom”, devem ser apoiados e alargados. Revisitar a história da luta do povo unido da Guiné-Bissau pela independência também pode ser uma forma de colmatar o fosso existente entre o sector da segurança e o resto da sociedade. Esta ideia surgiu inicialmente durante as reuniões preparatórias regionais da Conferência Nacional de 2012. O projecto deveria reunir historiadores e representantes da sociedade civil com um grupo etnicamente diversificado de “libertadores” que participaram na luta contra o colonialismo. O projecto deve centrar-se nos vínculos formados durante a luta, nos sacrifícios de todos os grupos, no sentimento de orgulho comum que se desenvolveu e em maneiras de restaurar esses laços. Uma reavaliação honesta da história antiga e mais recente pode contribuir para sanar divisões no âmbito das Forças Armadas, restaurar o respeito pela instituição entre as tropas e a população, para além de travar a deterioração das relações entre o Estado e a sociedade.

Despolitizar as Forças Armadas

A politização das Forças Armadas é outro factor determinante da instabilidade na Guiné-Bissau. É essencial definir parâmetros claros para as funções e responsabilidades das Forças Armadas através de reformas legislativas fundamentadas numa avaliação e estratégia realistas de segurança nacional. Reformar a política de segurança nacional exigirá o restabelecimento da autoridade dos dirigentes civis legítimos e uma supervisão activa do poder legislativo. A autoridade deve ser entregue a líderes que prestam contas à população geral.⁷¹ Para reinstituir estas normas e considerando a tradicional desconfiança entre a Presidência e as Forças Armadas na Guiné-Bissau, seria desejável criar um organismo de supervisão independente e amplamente respeitado, com conhecimentos das questões de segurança, de forma a defender os líderes militares de sanções impostas pelas autoridades civis por motivos políticos.

Reequilibrar as forças militares. Embora as chefias militares devam continuar a ter uma palavra a dizer na promoção de oficiais e no recrutamento, as decisões finais nestes domínios devem ser tomadas pela legislatura nacional com base em directrizes claras e assentes no mérito, para elevar o profissionalismo das Forças Armadas. Tais decisões também devem tomar em consideração o objectivo da reconciliação nacional após quase duas décadas de clientelismo crescente, favoritismo étnico e de outros abusos no seio das Forças Armadas. As unidades actuais também devem ser gradualmente reestruturadas de modo a integrarem distintos grupos étnicos e devem ser realizados exercícios e treinos regulares para melhorar o relacionamento e a camaradagem entre as etnias. Os balantas, que compõem quase 80% das tropas, mas são apenas um quarto da população, que é muito diversificada, dispõem actualmente de uma representação excessiva nas Forças Armadas.

Limites dos mandatos. Devem ser introduzidos limites na duração dos mandatos que os oficiais superiores podem cumprir depois de nomeados para determinada função – algo que é sujeito a normas noutros países – para prevenir a inércia política e estratégica nos cargos mais importantes, reduzir o clientelismo e a corrupção, além de criar oportunidades de carreira para os oficiais de mérito. Em muitos países, a nomeação dos oficiais superiores é da competência do poder executivo e depende da aprovação pelo parlamento ou uma comissão parlamentar. As comissões de serviço militares correspondem a mandatos de 2 ou 3 anos, com a possibilidade de um mandato extra. Estes ajustamentos na gestão das carreiras são muito importantes para atenuar o risco de as actividades dos militares serem dominadas por uma única facção bem como para impedir que as promoções e o recrutamento sejam postos ao serviço do clientelismo, o que no passado provocou crises graves. A instauração destes limites também corresponde à tendência geral de limitação dos mandatos presidenciais em África.

Pensões. Qualquer iniciativa para introduzir limites nos mandatos dos oficiais superiores deve ser acompanhada da garantia de pensões dignas e outras regalias para os militares que se reformam de pleno direito. Trata-se de uma das maiores preocupações dos membros das Forças Armadas na Guiné-Bissau. O sistema em vigor, que há anos não funciona adequadamente, explica a forte resistência dos militares a partir para a reforma e, ao mesmo tempo, o desinteresse crescente pelo serviço.

Os parceiros internacionais da Guiné-Bissau podem dar uma ajuda importante a iniciativas de reforma nesta área. A ajuda da CEDEAO, da CPLP e dos países europeus na última década permitiu a introdução de diversas melhorias no sistema de pensões militares na Guiné-Bissau. Foram cativadas verbas e criou-se um sistema administrativo, mas o lançamento do Fundo Especial de Pensões, previsto para Janeiro de 2012, nunca chegou a ter lugar. A cooperação entre parceiros internacionais praticamente desapareceu depois do golpe de estado de Abril de 2012. O estabelecimento de um sistema de pensões constituiria um incentivo à desmobilização, que é urgente, e ao reequilíbrio da composição das Forças Armadas, que conta um número totalmente desproporcionado de oficiais superiores, muitos dos quais são idosos.

Profissionalizar a supervisão administrativa. É urgente reforçar a transparência dos salários e dos métodos de pagamento para desencorajar a corrupção e levantar o moral das tropas. Uma opção a explorar é o sistema de pagamento electrónico de salários. No Afeganistão foram disponibilizados à polícia, por telemóvel, o pagamento de salários, transferências de dinheiro entre particulares e outros serviços bancários, utilizando a aplicação M-Pesa, uma tecnologia móvel experimentada com êxito no Quénia. Os utilizadores no Afeganistão declararam-se satisfeitos com o programa e alguns até julgaram ter recebido “aumentos”, quando, na realidade, o processo impediu simplesmente os superiores sem escrúpulos de ficarem com parte do salário dos seus subordinados, o que era uma prática corrente. Entretanto, foi descoberto e retirado das folhas de salários um grande número de polícias “fantasmas”, funcionários inexistentes inventados para desviar verbas.⁷² O pagamento de funcionários públicos por telemóvel também está a tornar-se mais comum no Quénia e na África do Sul⁷³ e foi inaugurado na República Democrática do Congo, onde terá certamente uma grande expansão dado o sucesso e a popularidade do sistema.⁷⁴

Formação militar profissional. O acesso a intercâmbios e treinos de militares guineenses com forças homólogas doutros países é um elemento importante para a profissionalização e a despolitização das Forças Armadas. Tais iniciativas deveriam decorrer preferencialmente em escolas militares e academias de treino de países que tenham fortes tradições de poder civil sobre os militares e uma reputação suficientemente neutra na Guiné-Bissau. Estão provados os benefícios concretos que tais oportunidades de formação militar profissional representam na estabilização de países em transição política.⁷⁵ O Brasil, que continua a ser respeitado na Guiné-Bissau e tem liderado algumas iniciativas de consolidação da paz no país, pode ser um bom destino para iniciativas desta natureza. A Índia seria outra boa opção, em virtude da presença dominante de empresas indianas no sector da castanha de caju na Guiné-Bissau, da sua imagem relativamente neutra no país e do profissionalismo das suas Forças Armadas. Vários países africanos têm escolas de guerra dignas de nota e poderiam oferecer boas oportunidades aos oficiais guineenses, como o Gana, o Botsuana ou a África do Sul. Outros parceiros africanos como o Senegal, Angola e Nigéria correm o risco de ser mal acolhidos inicialmente devido às suas supostas alianças na Guiné-Bissau. Os parceiros internacionais não anfitriões destes intercâmbios poderiam oferecer apoio financeiro em alternativa. Os currículos devem centrar-se na análise e no planeamento estratégico, nas avaliações de risco e nos aspectos práticos da gestão governativa democrática do sector da segurança. Não deve no entanto ser esquecido o treino tático e operacional, pois contribui para o moral, a confiança e a solidariedade das unidades.

Incentivos à reforma. Por que motivo devem as Forças Armadas da Guiné-Bissau apoiar de bom grado esta agenda de reformas e submeter-se à autoridade civil? Em primeiro lugar, porque todos os membros das Forças Armadas foram vítimas da instabilidade e das crises políticas do país, desde o soldado raso até ao mais alto nível do corpo de oficiais. Os chefes das Forças Armadas guineenses raramente renunciam voluntariamente ao cargo e muitos foram assassinados. Além disso, servir no círculo interno da liderança militar não é uma garantia permanente de segurança e prosperidade. O chefe da segurança do General António Indjai, por exemplo, foi preso em Fevereiro de 2013 por motivos que nunca foram explicados. O antigo Chefe de Estado-Maior da Marinha, Contra-Almirante Bubo Na Tchuto, andou dentro e fora das cúpulas militares várias vezes – das celas da prisão para reuniões de liderança e vice-versa – até ser preso

pelas autoridades norte-americanas em Abril de 2013.⁷⁶ Há quase 30 anos que um Chefe de Estado-Maior não é substituído de forma pacífica.

No meio desta instabilidade, são muito escassas as oportunidades de fazer uma carreira genuína nas Forças Armadas. A formação é mínima, regalias como o direito à habitação ou a cuidados médicos são praticamente inexistentes e o pagamento atempado dos salários é raro. No caso dos soldados e oficiais mais jovens, as promoções e a progressão na carreira acontecem ao sabor da política do momento e não do mérito ou desempenho. E não deve ser esquecida a péssima reputação das Forças Armadas entre a população, que não confia nos militares, não gosta deles e não os considera bem vindos. Por outras palavras, embora sejam inevitáveis os receios e a resistência que a reforma do sector da segurança suscita, o sistema actual não mobiliza nenhuma adesão no plano interno. Contra a violência e a incerteza da instrumentalização política dos militares na Guiné-Bissau, a supervisão civil e democrática das Forças Armadas tenderá a gerar recursos mais previsíveis para a modernização das forças, maior legitimidade popular dos serviços de segurança e mais protecção dos oficiais contra despromoções ou detenções arbitrárias.⁷⁷

Além doutras medidas concretas, uma comunicação transparente e coerente é vital para qualquer reforma do sector da segurança. Muitos anos de violência partidária nas Forças Armadas, marcados por assassinatos de oficiais superiores e revoltas sucessivas, criaram um clima geral de desconfiança. Haverá inevitavelmente boatos e tentativas de prejudicar as iniciativas de reforma. Por isso, todo e qualquer plano de mudança no sector da segurança deve ser muito preciso e amplamente divulgado. A imprensa nacional e local deve ser envolvida no processo, sobretudo as rádios, e os responsáveis devem aproveitar o SMS em massa (serviço de mensagens curtas enviadas por telemóvel) para manter a população informada dos aspectos mais relevantes da reforma e explicar os motivos e as vantagens da transformação. Neste contexto, e considerando o ambiente de desconfiança existente entre civis e militares, é necessário identificar comunicadores competentes nas Forças Armadas que possam servir de porta-vozes e ajudar a prevenir a circulação de rumores nos quartéis.

A reforma das Forças Armadas deve ser gradual e é provável que ocorram retrocessos. Foi muitas vezes assim no passado, em transformações bem sucedidas do sector da segurança de Estados frágeis ou países que atravessaram períodos de transição, como Portugal, Brasil, El Salvador, Serra Leoa e Gana, entre outros.⁷⁸ A Guiné-Bissau nunca teve um código militar sólido nem um quadro institucional de gestão do sector da segurança, nem sequer uma estratégia credível de segurança nacional. Assim, qualquer mudança brusca nas Forças Armadas enfrentará necessariamente alguma resistência e certas reformas serão mesmo impraticáveis a princípio, devido às deficiências institucionais das Forças Armadas e do sector da defesa. Assim, as mudanças devem ser pensadas para o longo prazo e aplicadas de forma persistente, não obstante eventuais recuos ou retrocessos.

Travar a progressão do narco-Estado

Em paralelo com as reformas políticas e no sector da segurança, é essencial confrontar de forma mais directa o tráfico de narcóticos e outros comércios ilícitos. As redes de tráfico corromperam muitas autoridades

militares e civis na Guiné-Bissau, reduzindo drasticamente a capacidade dos parceiros locais e tornando mais vulneráveis os pontos de entrada. Mesmo assim, é possível progredir neste combate concentrando a atenção nos vínculos existentes entre a Guiné-Bissau e outros intermediários do comércio ilícito. A cocaína que chega à Guiné-Bissau precisa de atravessar Estados vizinhos para chegar aos mercados da Europa e a outras regiões, pelo que cabe também aos intervenientes internacionais um papel importante no combate a este tráfico. Um esforço mais firme para dismantelar as redes de traficantes que actuam a nível regional aumentaria o custo do tráfico e reduziria os atractivos da Guiné-Bissau como ponte do narcotráfico. Por seu lado, os países europeus e os Estados Unidos poderiam aumentar os meios de vigilância e de reconhecimento neste domínio, designadamente no âmbito de remessas de grande volume. O Centro de Análises e Operações contra o Narcotráfico Marítimo (MAOC-N), uma iniciativa conjunta de vários países europeus em estreita cooperação com os Estados Unidos, Cabo Verde, Brasil e outros países, nas áreas de informação e interdição, poderia concentrar mais esforços e recursos na Guiné-Bissau. Além disso, não obstante interdições pontuais de algum tráfico marítimo, é necessário fazer mais esforços para identificar e restringir o tráfico aéreo. As aeronaves pequenas, que podem transportar centenas de quilogramas de cocaína, são um dos métodos preferidos do transporte de droga para dentro e fora da Guiné-Bissau. Muitos destes aparelhos estão registados noutros países. Assim, medidas para melhorar a monitorização dos registos e inspecções das aeronaves nos aeroportos do Senegal, Gâmbia, Ilhas Canárias, Guiné e Cabo Verde iriam contribuir para reduzir este meio de transporte de droga. Há medidas simples que podem ter um grande impacto, como apoiar grupos de vigilância que monitorizam as aterragens e descolagens de aeronaves em aeroportos, e partilham essas informações na Internet. Da mesma forma, um bom relacionamento com as comunidades piscatórias e as suas associações profissionais é essencial enquanto fonte de informações sobre o tráfico marítimo, pois os pescadores artesanais são abordados com frequência para prestar assistência no transporte de droga dos navios para a costa ou ao longo de rotas litorais de tráfico.⁷⁹

Embora a proibição do tráfico de estupefacientes seja uma resposta insuficiente perante o narcotráfico e os seus impactos, na Guiné-Bissau a interdição legal prejudicaria os infractores, ao reduzir as possibilidades de usarem os lucros para alimentar redes de clientelismo, e abriria um espaço vital ao desenvolvimento de outras medidas de assistência técnica e reformas estruturais destinadas a prevenir a corrupção e a infiltração das instituições do Estado pelas redes do narcotráfico. As investigações como a que culminou na prisão do Contra-Almirante Bubo Na Tchuto e de quatro outros traficantes guineenses, em Abril de 2013, também exercem um impacto significativo, não só em termos do dismantelamento das redes existentes e da percepção dos riscos para outros traficantes mas sobretudo como sinal da vontade de acabar com o regime da impunidade.

Embora seja difícil combater o narcotráfico, a luta deve ser reforçada na Guiné-Bissau, o que significa melhorar a capacidade dos investigadores, procuradores e juízes neste contexto. Os progressos têm sido notáveis e mesmo surpreendentes, nos últimos anos e nalgumas instituições, designadamente a Polícia Judiciária.⁸⁰ No passado, o tráfico de armas chegou a ser objecto de inquéritos parlamentares, que desvendaram detalhes destas actividades ilícitas no fim da década de 1990. Mas os reformadores na Guiné-Bissau precisam de mais assistência. Os inquéritos realizados não resultaram em processos penais, devido às fortes ligações

entre as redes criminosas e membros do governo. Para apoiar os reformadores, deveria ser destacada para Bissau uma missão de peritos estrangeiros de investigação e acção penal, incumbida de prestar assistência técnica directa e contínua aos agentes locais. Tal missão traria vantagens não só em termos de aplicação da lei como de encorajamento dos reformadores locais, que sofrem pressões políticas e actos de intimidação que entravam o seu trabalho ou simplesmente resultam numa auto-censura. Esta ideia já foi discutida na Guiné-Bissau. Nas reuniões de coordenação entre a CPLP, a CEDEAO, a União Africana e a Organização das Nações Unidas realizadas em Setembro de 2011, discutiu-se concretamente o envio de juristas e outros quadros brasileiros e portugueses para Bissau com o objectivo de oferecer formação e apoio aos seus homólogos locais.⁸¹

A denominada Comissão Internacional Contra a Impunidade na Guatemala (CICIG), uma iniciativa administrada pela Organização das Nações Unidas e aprovada pela legislatura nacional, constitui um precedente inspirador. A CICIG contribuiu de forma notável nas investigações e julgamentos de crimes graves do governo, bem como para diversas reformas administrativas e jurídicas na Guatemala. Após a longa guerra civil travada na Guatemala, que terminou em 1996, o país enfrentou problemas muito graves de corrupção oficial e violência criminosa e política, criados em grande medida por ex-rebeldes que haviam infiltrado ou corrompido organismos do governo. A situação agravou-se devido ao papel da Guatemala no comércio interamericano da cocaína, com a passagem pelo país de grandes quantidades de droga e receitas do narcotráfico. A taxa nacional de homicídios situava-se então entre as mais elevadas do mundo. A CICIG foi criada expressamente para combater a acção de grupos do crime organizado em organismos do governo, uma das principais causas da violência e corrupção dominantes. O sucesso da CICIG desde a sua criação em 2007 levou a várias prorrogações do seu mandato e tem realizado desde então várias investigações, prisões, processos, actividades de formação e reformas jurídicas. Foram demitidos por motivo de conduta imprópria ou detidos e acusados de vários crimes vários ex-ministros, um chefe da polícia, uma autoridade de alto nível na área de combate ao tráfico narcóticos, um Procurador-Geral e outros indivíduos de grande poder político e económico.⁸² A CICIG criou uma reputação de credibilidade e neutralidade, já que algumas das investigações também ilibaram indivíduos de alto perfil que se pensava estarem envolvidos em assassinatos, narcotráfico ou outros crimes. Além disto foi dada formação a dezenas de procuradores e investigadores do Ministério Público. Foram investigados inúmeros agentes da polícia e demitidos de funções mais de dois mil indivíduos declarados inaptos para o serviço por motivos de corrupção. Foram reforçadas ou aprovadas novas leis referentes ao crime organizado, ao uso e posse de armas e munições, instaurados processos penais e negociações de sentenças.⁸³ Uma missão similar poderia ser enviada para a Guiné-Bissau com uma missão semelhante, dotada de um mandato da ONU e secundada pela União Africana, a CPLP e a CEDEAO. Os seus membros poderiam ser escolhidos em países africanos, lusófonos e europeus, para prevenir eventuais denúncias de parcialidade. Com efeito, a equipa de 186 membros da CICIG abrange quase duas dúzias de nacionalidades.

Estas missões são extremamente eficazes perante os desafios colocados pelos narco-Estados e o crime organizado transnacional em África. Embora as operações de manutenção da paz se tenham tornado o instrumento padrão para lidar com conflitos ou o fracasso de um Estado, um batalhão de soldados da paz

não é a forma adequada de combater redes sofisticadas de criminosos e a hábil cooptação dos agentes da autoridade e instituições do Estado pelas redes do tráfico. Os narco-Estados e os países que se debatem com um enraizamento profundo das redes criminosas no seu território precisam de equipas multilaterais com conhecimentos especializados nos domínios do ordenamento jurídico, código penal, administração fiscal, registo das sociedades e regras financeiras, assim como técnicas modernas de investigação para instaurar e julgar processos penais complexos. Não devem subsistir dúvidas de que uma missão deste tipo precisará de protecção contra a violência e a intimidação. Também necessitará de um mandato sólido e de actuar ao abrigo de um organismo internacional respeitado. A eficácia de uma missão deste tipo de missão tende ser ainda maior quando sancionada pela Assembleia Nacional, uma convenção ou alguma entidade representativa semelhante.

Os membros deste tipo de missões procuram registar vitórias de curto prazo ao mesmo tempo que fomentam reformas mais profundas e sustentadas. Na Guatemala a CICIG trabalhou em estreita colaboração com unidades policiais e Procuradores do Ministério Público para obter resultados imediatos em casos de alto perfil, incluindo indivíduos outrora “intocáveis” com ligações políticas poderosas. Outros elementos da CICIG concentraram-se na formação avançada e na reforma dos códigos civil e penal e de administração fiscal. Para os funcionários nacionais, a presença de homólogos estrangeiros, ou seja trabalhar lado a lado com polícias, procuradores, juízes e funcionários públicos doutros países, pode contribuir para mudar mentalidades e dissipar os ressentimentos e os medos gerados por uma longa cultura de impunidade. um dos maiores desafios em narco-Estados e contextos similares.⁸⁴ Ao processar casos de corrupção oficial, e demitir de funções alguns líderes acusados de delitos, a CICIG alterou a opinião dos cidadãos sobre o governo, o que revela que iniciativas deste tipo actuam não apenas sobre a criminalidade transnacional mas também sobre o restabelecimento da boa governação e da legitimidade do governo.

Pressionar os infractores

Serão necessários outros meios de pressão para frustrar as tentativas de prejudicar a consolidação da paz e para fomentar a cooperação. Na sequência do golpe militar de Abril de 2012, a Organização das Nações Unidas, União Europeia, União Africana e CEDEAO impuseram restrições financeiras e de viagem específicas aos principais chefes militares responsáveis. Infelizmente, a aplicação dessas medidas tem sido desigual, sobretudo entre os países da CEDEAO. As notícias de que o General Indjai, chefe das Forças Armadas da Guiné-Bissau, viajou para o Mali e a Costa do Marfim em Julho de 2012 e de novo em Março de 2013 para a Costa do Marfim e o Senegal prejudicam os efeitos dessas medidas e, em termos mais gerais, a credibilidade da CEDEAO⁸⁵, que deveria aplicá-las com maior rigor. Além disso, sendo a Guiné-Bissau um membro do Banco Central da África Ocidental, a CEDEAO deveria ter meios de investigar os activos financeiros dos principais líderes da Guiné-Bissau que possuem muito provavelmente activos e contas na Gâmbia, Senegal e outros países da região. Além disso, tais medidas não devem ser dirigidas apenas contra militares, pois outros dirigentes e organizações civis também tiveram culpas de relevo na desestabilização da Guiné-Bissau.

A série de assassinatos que ocorreu em 2009, incluindo os do Presidente, do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas e de várias figuras políticas de relevo, deveria ser investigada por uma comissão internacional de inquérito ou um grupo de peritos. Esta medida já deveria ter sido adoptada há muito tempo, considerando o número dos assassinatos não esclarecidos que provocaram crises na Guiné-Bissau. A comissão ou grupo de peritos deveria ser mandatada em termos claros pela CEDEAO, União Africana e Organização das Nações Unidas para levar a cabo uma investigação na Guiné-Bissau e em toda a região e divulgar ao público relatórios independentes baseados nas provas recolhidas, com a identificação dos dirigentes e organizações militares e civis responsáveis pelos actos de violência, corrupção e desestabilização. O anúncio de uma iniciativa deste tipo – e a responsabilização que a mesma implicaria – iria certamente forçar os infractores na Guiné-Bissau a reverem a sua intransigência, além de poder convencê-los a uma maior cooperação com as iniciativas de reforma.

Com efeito, seguiram-se à prisão de Na Tchuto, em Abril de 2013, e à subsequente acusação formal de Indjai, diversas negociações e compromissos subscritos pelas chefias militares que permitiram avançar na transição política e melhorar a cooperação com os intervenientes internacionais no combate ao narcotráfico.⁸⁶ Em Maio de 2013, o parlamento, incluindo o PAIGC, adoptou um novo pacto de transição para a constituição de um governo mais representativo e marcou eleições nacionais para Novembro de 2013.

Capacitar a sociedade civil e os meios de comunicação independentes

Os protagonistas do projecto democrático emergente na Guiné-Bissau, a sociedade civil e uma imprensa independente, são um sector carente de apoio. Embora tenham demonstrado de forma corajosa a força da sua resistência ao status quo e a sua influência no país, enfrentam cada vez mais actos de intimidação e violência das chefias militares e políticas, que se ressentem das informações divulgadas por canais independentes. A CEDEAO, por meio da sua actual missão política e militar no país, ECOMIB, e outros intervenientes internacionais, devem envidar novos esforços para proteger estes grupos, que sujeitos a ameaças crescentes. Todos os actos de intimidação, agressões e medidas arbitrárias contra activistas de direitos humanos, jornalistas e outros membros da sociedade civil têm de ser publicamente condenados pelos líderes de todos os quadrantes da sociedade guineense. Deveria ser adoptada legislação para penalizar a perseguição de jornalistas e que preveja a abertura de inquéritos independentes que envolvam intervenientes internacionais. O governo deve igualmente pôr termo à censura que exerce sobre as transmissões de rádio comunitário com os equipamentos recentemente adquiridos.

Existem diversas organizações sem fins lucrativos, bem estruturadas e estabelecidas, que acompanham a situação de direitos humanos e civis, monitorizam a prestação de contas e a integridade do governo, apoiam o empreendedorismo e fomentam a participação cívica e o acesso à governação. É necessário investir mais no desenvolvimento destes grupos. A formação e o equipamento técnico dos jornalistas da rádio e da imprensa são essenciais para reforçar o alcance dos meios de comunicação social e o seu envolvimento com a população. Igualmente vital é a criação de redes de contacto entre todos estes intervenientes, para aumentar a sua eficácia e para que possam resistir colectivamente a actos de intimidação ou sabotagem. A

organização de encontros de grupos da sociedade civil com os meios de comunicação e reformadores do governo permitirá aumentar substancialmente a sua capacidade de resistência.

Harmonizar as abordagens internacionais

Infelizmente, a realização de reformas na Guiné-Bissau tem sido drasticamente dificultada pelo facto de muitos dos mais antigos e próximos vizinhos e parceiros do país gozarem de um baixo nível de credibilidade entre a população guineense. Nos casos da CPLP e da CEDEAO, divergências de longa data têm prejudicado os esforços de organizações e parceiros bilaterais relevantes para estabilizar o país. Entretanto, a missão de assistência militar unilateral de Angola, aliada aos seus investimentos maciços na indústria de extracção, tornaram-na inevitavelmente um chamariz de acusações de ingerência estrangeira e favores a determinadas facções.

Na realidade, os parceiros bilaterais e multilaterais podem exercer esforços a diferentes níveis para promover a estabilidade e a reconciliação na Guiné-Bissau. A CPLP tem cultivado laços mais estreitos com o maior partido político, o PAIGC, além de ser uma organização amplamente respeitada pelos guineenses, o que lhe confere capacidade para convencer a estrutura política mais influente da Guiné-Bissau a um diálogo baseado no consenso, sem comprometer a sua posição junto dos apoiantes do partido e da população. No entanto, a CPLP não dispõe de um orçamento definido, nem de experiência ou mandato concreto para gerir uma missão de estabilização. A CEDEAO, em contrapartida, com uma presença maior em Bissau, dispõe de um conjunto de meios mais robusto para gerir a paz e a segurança na África Ocidental, goza de mais ampla legitimidade em toda a região e possui recursos específicos. Além disso tem um bom relacionamento com a liderança militar da Guiné-Bissau, embora muitos guineenses desconfiem da organização, devido ao apoio prestado pelo Senegal ao Presidente Vieira durante a guerra civil de 1998-1999 e também à má reputação da ECOMIB na prevenção de abusos de direitos humanos.

É necessário um processo de acompanhamento internacional comum dos esforços de estabilização da Guiné-Bissau que opere a três níveis. Em primeiro lugar, deve ser revitalizado o Grupo Internacional de Contacto para a Guiné-Bissau. O restabelecimento do Grupo de Contacto que existiu no passado foi proposto no mês seguinte ao golpe de estado de Abril de 2012 mas tem permanecido subaproveitado. Deve ser revitalizado e reestruturado para incluir a participação de países com menos interesses na Guiné-Bissau, como os Estados não CPLP ou CEDEAO, de modo criar um ambiente de confiança que permita lidar mais construtivamente com as diferenças e formular uma visão internacional comum para a estabilização.

É necessário um esforço multilateral no interior da Guiné-Bissau para coordenar a aplicação de medidas de estabilização a diversos níveis. A missão da ONU na Guiné-Bissau, que é a organização com quadros mais numerosos, maior orçamento, presença constante e credibilidade junto de intervenientes nacionais e internacionais, é o órgão mais bem posicionado para reforçar a cooperação no terreno e a coordenação entre agentes internacionais. Estando a funcionar em permanência desde 1999 — primeiro como Gabinete das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau e a seguir, desde 2009, como Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau — a missão da ONU dispõe

de facto de um mandato para desempenhar este papel de coordenação junto da CPLP, da CEDEAO e da UA. Foram registados alguns progressos neste contexto no final de 2012 e início de 2013, exemplificados pelas missões conjuntas de avaliação na Guiné-Bissau levadas a cabo pelas cinco principais organizações multilaterais: UA, CPLP, CEDEAO, UE e ONU.⁸⁷ Apoiada por um Grupo de Contacto alargado, oferecendo uma visão mais clara e mutuamente acordada sobre a estabilidade na Guiné-Bissau, a missão da ONU teria capacidade para preencher este papel mais eficazmente. Além disso, apoiaria directamente a consolidação da paz por meio de acções de formação, assistência técnica, financiamento de pequenos projectos e outras actividades que tem lançado regularmente.

A CPLP e a CEDEAO podem desempenhar funções essenciais em virtude dos seus contactos, influência e interesses únicos no país. A CEDEAO é a organização multilateral através da qual devem ser naturalmente canalizadas a maior parte das iniciativas junto do governo da Guiné Bissau e as acções de estabilização. Na qualidade de Estado-membro desta organização, a Guiné-Bissau é signatária dos protocolos da CEDEAO sobre governação democrática, livre circulação de pessoas e mercadorias na região e código de conduta das Forças Armadas. A Guiné-Bissau usa como moeda o franco da África Ocidental e é membro do Banco Central da África Ocidental. Tem também laços políticos, económicos e militares sólidos com outros membros da CEDEAO, e o Conselho de Mediação e Segurança da CEDEAO tem experiência na gestão de conflitos e crises na região. Contudo, a CEDEAO precisa de aplicar com mais rigor os seus próprios protocolos e normas democráticas na Guiné-Bissau e empenhar-se numa iniciativa de estabilização de bases mais amplas no país. O Grupo de Contacto e a missão da ONU devem trabalhar no sentido de garantir o cumprimento destas obrigações. Além disso, a força de estabilização da ECOMIB na Guiné-Bissau deve empenhar-se mais na prevenção dos abusos de direitos humanos e da criminalidade entre as forças de segurança guineenses. Para atenuar o elevado nível de desconfiança em relação à ECOMIB entre a maior parte dos guineenses e evitar que mais tropas da África Ocidental se deixem envolver no tráfico e noutras actividades criminosas, a CEDEAO deve garantir também o funcionamento de mecanismos adequados de supervisão e prestação de contas. A CPLP, por seu lado, deve aproveitar o seu sólido relacionamento com muitas personalidades influentes na Guiné-Bissau, particularmente no maior partido político, o PAIGC, para apoiar um processo de reforma política com base num diálogo genuíno que possa conduzir ao compromisso e ao consenso. Trabalhar em coordenação com base numa visão comum é de todo o interesse da CEDEAO e da CPLP, pois contribuirá para ambas reconquistarem legitimidade e credibilidade no país, bem como na região e no resto do mundo.

Por último, os intervenientes multilaterais devem manter-se atentos a todo e qualquer investimento desestabilizador e opaco na Guiné-Bissau. Por ser rica em recursos naturais, incluindo minerais, madeira e indústria pesqueira, e potencialmente petróleo, a Guiné-Bissau é um alvo de eleição para agentes sem escrúpulos, que procuram tirar proveito de um Estado frágil, com instituições extremamente débeis e políticos dispostos a trocar o interesse público pelos lucros imediatos. Os investimentos e actividades angolanas e chinesas na Guiné-Bissau têm igualmente suscitado desconfianças. Independentemente dos méritos que possam ter, têm-se transformado em achas lançadas para a fogueira das disputas políticas e das rivalidades instaladas, sem quaisquer benefícios para o país. O Grupo de Contacto, a missão da ONU, a CEDEAO, e a CPLP, entre outros, deveriam apoiar o governo na instauração de procedimentos transparentes de

avaliação dos grandes investimentos na indústria de extração, e disponibilizar assistência técnica para garantir a aplicação das melhores práticas, com o fim de minimizar a corrupção e otimizar a prestação de contas e os benefícios de base ampla.

CONCLUSÃO

A Guiné-Bissau tem sido devastada por crises complexas e cada vez mais frequentes. A projecção mediática destas crises desvia a atenção das fraquezas institucionais subjacentes que alimentam a instabilidade do país. Um regime caracterizado pela concentração de poderes num punhado de indivíduos e a impunidade dos governantes tem gerado muitos outros factores de instabilidade, como um sector da segurança altamente instrumentalizado pelos políticos e um tráfico de narcóticos de alto valor que atinge proporções desastrosas, além de novos desafios como a discriminação étnica. No meio desta desordem, alguns Estados estrangeiros e organizações multilaterais têm por vezes exacerbado a instabilidade ao ignorar a urgência de reformas institucionais no país e favorecer soluções de curto prazo que servem os seus interesses. As consequências do agravamento da instabilidade não se circunscrevem à Guiné-Bissau. Os problemas deste país prendem-se hoje em dia com outras actividades de grupos extremistas e terroristas na África Ocidental e o narcotráfico estende-se presentemente a toda a região, onde ameaça a segurança, o desenvolvimento e a boa governação.

Em face deste nível de volatilidade e polarização dentro da Guiné-Bissau, a estabilização do país não poderá fazer-se apenas por meios nacionais, nem é correcto afirmar que as crises da Guiné-Bissau são uma série de problemas meramente nacionais com repercussões transfronteiras. A situação da Guiné-Bissau é, em muitos aspectos, o sintoma duma ameaça transnacional maior. Os parceiros internacionais devem, por conseguinte, empenhar-se numa verdadeira estratégia transnacional comum de estabilização do país. São necessárias intervenções continuadas e integradas para fomentar a reconciliação e superar as divisões, reformar o sistema político para torná-lo mais equilibrado e responsável, despolitizar e profissionalizar as Forças Armadas, e combater as redes transnacionais de droga com medidas de proibição reforçadas, além de reforçar os poderes do sistema judicial e de aplicação da lei na Guiné-Bissau e os quadros regulatórios afins. O ritmo e a sustentabilidade de qualquer esforço de reforma dependerão do envolvimento e do apoio das organizações emergentes da sociedade civil da Guiné-Bissau, do sector da comunicação social e das instituições democráticas. Estas devem ser sistematicamente reforçadas, protegidas e incluídas nas actividades de estabilização.

A experiência da Guiné-Bissau com o narcotráfico deve servir de aviso para o resto de África. Embora nenhum outro país africano tenha ainda registado os mesmos níveis de conflitualidade, retrocessos de governação e instabilidade geral devido à droga, a propagação contínua do tráfico e produção de estupefacientes em África configura claramente a possibilidade de outros países no continente enfrentarem um destino não muito diferente do da Guiné-Bissau. As dificuldades do país devem ser encaradas como um aviso claro de que o narcotráfico, e mesmo o seu transbordo entre países fornecedores e consumidores, acarreta consequências graves, e de que a prevenção é essencial já que reverter estas tendências é tremendamente difícil e exige, muitas vezes, anos de trabalho e um substancial apoio internacional. Qualquer intervenção destinada a estabilizar a Guiné-Bissau deve por isso ser encarada como um primeiro passo essencial para deter uma ameaça crescente e muito complexa em todo o continente.

NOTAS

- 1 “Relatório Sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010/2012,” Liga Guineense dos Direitos Humanos, disponível em <<http://www.lgdh.org/relatorioLGDH-Completo%2015Jan.pdf>>.
- 2 “Guinea-Bissau turmoil sparks cocaine and cashew crisis: U.N.,” Reuters, 29 de Novembro de 2012.
- 3 Adam Nossiter, “Leader Ousted, Nation Is Now a Drug Haven,” *New York Times*, 1 de Novembro de 2012.
- 4 Andre Maria Costa, “Assisting Guinea-Bissau” (speech delivered at International Conference on Drug Trafficking in Guinea-Bissau, Lisbon, Portugal, December 19, 2007) disponível em <<http://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/assisting-guinea-bissau.html>>.
- 5 “G.Bissau Cashew Harvest in Jeopardy After Coup,” Radio Netherlands Worldwide, 23 de Abril de 2012.
- 6 “Falling Cashew Exports Raise Hardship,” IRIN, 15 de Agosto de 2012.
- 7 “Funds urgently needed to address a silent crisis in Guinea-Bissau,” Programa Alimentar Mundial, 28 de Março de 2013.
- 8 “Mystery Jet Update: Malian 727,” The Yorkshire Ranter, 23 de Dezembro de 2009, disponível em <<http://yorksranter.wordpress.com/2009/12/23/mystery-jet-update-malian-727/>>.
- 9 Frédéric Powelton, “Une réunion secrète des cartels de la drogue en Guinée-Bissau, AQMI présente,” Sahel Intelligence, Novembro de 2010, disponível em <<http://www.sahel-intelligence.com/2417-article145.html>>. Mohammad-Mahmoud Ould Mohamedou, *The Many Faces of Al Qaeda in the Islamic Maghreb*, GCSP Policy Paper No. 15 (Genebra: Geneva Centre for Security Policy, 2011), 3.
- 10 Marco Vernaschi, “Guinea Bissau: Hezbollah, al Qaida and the Lebanese connection,” Pulitzer Center on Crisis Reporting, Junho de 2009, disponível em <<http://pulitzercenter.org/blog/untold-stories/guinea-bissau-hezbollah-al-qaida-and-lebanese-connection>>.
- 11 “République de Guinée-Bissau : Recensement des Forces armées,” Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau, Abril de 2008.
- 12 “65 Senior Officers Readmitted to Armed Forces,” IRIN, 2 de Dezembro de 2004. *Guinea-Bissau: In Need of a State*, Crisis Group Africa Report No. 142 (Bruxelas: Grupo Internacional de Crise, Julho de 2007), 16-17.
- 13 Alberto Dabo, “Guinea-Bissau leader survives post-election attack,” Reuters, 23 de Novembro de 2008.
- 14 “G.Bissau Presidential Guards Disarmed After Alleged Life Attempt,” Agence-France Presse, 6 de Janeiro de 2009.
- 15 Marco Vernaschi, “Guinea Bissau: A Bomb, Private Jets and Cocaine,” Pulitzer Center on Crisis Reporting, 18 de Junho de 2009.
- 16 Birgit Embaló, “Civil-Military Relations and Political Order in Guinea-Bissau,” *Journal of Modern African Studies* 50, no. 2 (Junho: 2012), 276-7.
- 17 *Report of the Secretary-General on the Restoration of Constitutional Order in Guinea-Bissau* (UN doc. S/2012/704, 12 de Setembro de 2012).
- 18 *Freedom of the Press 2012: Breakthroughs and Pushback in the Middle East* (Washington, DC: Freedom House, 2012).
- 19 “PJ em perseguição furiosa a traficantes de droga,” *Ditaduro di Consenso*, 24 de Abril de 2012, disponível em <<http://ditaduradocenso.blogspot.com/2012/04/pj-em-perseguiacao-furiosa-trafficantes.html>>.
- 20 “Autoridade Reguladora da Guiné-Bissau com equipamento para fiscalizar rádios,” Lusa, 15 de Fevereiro de 2013.
- 21 Patrícia M. Ferreira, *Guinea-Bissau: Perspectives on the Up-Coming Elections*, Situation Report, (Pretoria: Institute for Security Studies, Março de 2004).
- 22 Entrevista com o Sr. Embaixador Joseph Mutaboba, anterior Representante Especial do Secretário-Geral da ONU na Guiné-Bissau e director do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau, 28 de Janeiro de 2013.
- 23 Embaló, 265.

- 24 “Transnational Trafficking and the Rule of Law in West Africa: A Threat Assessment,” Gabinete da ONU para a Droga e Criminalidade, Julho de 2009.
- 25 “Murdered Guinea-Bissau General Found 200 kilos of cocaine: Officer,” Agence-France Presse, 5 de Março de 2009.
- 26 Marco Vernaschi, “Guinea-Bissau: Colombian Cement,” Pulitzer Center on Crisis Reporting, 24 de Junho de 2009.
- 27 Cécile Sow, “Le jet, la coke et les militaires,” *Jeune Afrique*, 9 de Setembro de 2008.
- 28 *Au-déla des compromis : les perspectives de réforme en Guinée-Bissau*, Rapport Afrique de Crisis Group No. 183 (Bruxelas: Grupo Internacional de Crise, Janeiro de 2012), 24.
- 29 *Report of the Secretary-General on the Restoration of Constitutional Order in Guinea-Bissau* (UN doc. S/2012/887, 27 de Novembro de 2012), 8.
- 30 O gráfico exclui apreensões inferiores a 10 quilogramas de cocaína. Os valores foram calculados com base no preço de venda a grosso da cocaína na Europa de US\$ 52 000 (tal como estimado no *World Drug Report 2011* (Viena: Gabinete da ONU para a Droga e a Criminalidade, 2011), 114) e o preço de venda a grosso da cocaína na Guiné-Bissau de US\$ 16 000 (baseado numa média de preços de *Au-déla des compromis : les perspectives de réforme en Guinée-Bissau*, 23, nota final 185 e a Acusação formal dos EUA de Manuel Mamadi Mane, um alegado traficante de cocaína guineense a ser julgado em Nova Iorque. Mane foi gravado por investigadores infiltrados que actuavam como traficantes de droga a concordar com a compra de cocaína em Bissau por um preço de 14 000 euros por quilograma).
- 31 Chris Hawley, “South American Gangs Flying Vast Quantities of Cocaine to Europe,” *The Guardian*, 15 de Novembro de 2010. Tim Gaynor and Tiemoko Diallo, “Al Qaeda Linked to Rogue Aviation Network,” Reuters, 13 de Janeiro de 2010.
- 32 Francesc Relea, “El ‘narco’ se instala en Guinea-Bissau,” *El País*, 22 de Março de 2009.
- 33 As informações do registo da Federal Aviation Administration dos EUA estão disponíveis em: <http://registry.faa.gov/aircraftinquiry/NNum_Results.aspx?NNumbertxt=351SE>.
- 34 See records from Delaware Chamber of Commerce, disponível em <http://de.chambercommerce.com/member/12555997/Aulgur_Whittington_2979_Barley_Mill_Rd_Yorklyn_DE_19736>.
- 35 Sow.
- 36 “Mystery Jet Update: Malian 727.”
- 37 “Drugs seized in Barcelona were not shipped from Cabo Verde, according to Judiciary Police,” *ASemana*, 10 de Janeiro de 2011.
- 38 As informações do registo da Federal Aviation Administration dos EUA estão disponíveis em <http://registry.faa.gov/aircraftinquiry/NNum_Results.aspx?NNumbertxt=600AM>.
- 39 As informações de registo de “Secure Aviation” estão disponíveis em <<http://flightaware.com/resources/registration/N600AM>>.
- 40 Elyssa Pachico “Argentine ‘Narco Jet’ Trial Leaves Many Questions Unanswered,” InSightCrime, 9 de Janeiro de 2013.
- 41 *Au-déla des compromis : les perspectives de réforme en Guinée-Bissau*, 26. “Possibilities and Pitfalls following President’s Death,” IRIN, 20 de Janeiro de 2012.
- 42 “Guiné-Bissau: Reabilitação de Bubo Na Tchuto para reduzir tensões nas FA,” *África Monitor*, 10 de Outubro de 2012, disponível em <<http://www.africamonitor.net/?p=307>>.
- 43 Lars Rudebeck, *On Democracy’s Sustainability: Transition in Guinea-Bissau*, Sida Studies No. 4 (Estocolmo: Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (SIDA), 2001), 29. Embaló, 266.
- 44 IRIN, 2004.
- 45 “Dirigente do Maior Partido de Oposição Processado Após Chamar ‘Líder Violento’ a Kumba Ialá,” Lusa, 15 de Outubro de 2012.
- 46 Paul Collier, “Ethnic Diversity: An Economic Analysis,” *Economic Policy* 18, No. 2 (Abril de 2011).

- 47 Alexander K.D. Frempong, “The Internal and Regional Dynamics of The Cycle of War and Peace in Guinea-Bissau (apresentado no Colóquio Internacional sobre Lusofonia em África na CODESRIA: History, Democracy and Integration, 28 a 30 de Abril de 2005, Luanda, Angola), 25-28. Kovsted and Tarp, 13.
- 48 *Beyond Turf Wars: Managing the Post-Coup Transition in Guinea-Bissau*, Relatório sobre África No. 190 do Grupo de Crise (Bruxelas: Grupo Internacional de Crise, Agosto de 2012).
- 49 “Stanley Ho’s Geocapital Enters Guinea-Bissau Finance Sector,” Macauhub.com, 23 de Julho de 2007, disponível em <<http://www.mcauhub.com.mo/en/2007/07/23/3413/>>.
- 50 Isabel Pinto Machado, “Angola / Guiné-Bissau, bauxita, negócios, dólares,” RFI, 3 de Dezembro de 2012.
- 51 Evan Osnos, “The God of Gamblers,” *The New Yorker*, 9 de Abril de 2012.
- 52 Loro Horta, “Guinea-Bissau: China Sees a Risk Worth Taking,” Center for Strategic and International Studies, 5 de Outubro de 2007, disponível em <<http://csis.org/story/guinea-bissau-china-sees-risk-worth-taking>>.
- 53 Kit Dawnay, “Banking Loopholes Between Gambia and Hong Kong,” *Current Intelligence*, 30 de Maio de 2012, disponível em <<http://www.currentintelligence.net/analysis/2012/5/30/banking-loopholes-between-gambia-and-hong-kong.html>>.
- 54 *Au-déla des compromis : les perspectives de réforme en Guinée-Bissau*.
- 55 Monty Marshall, *Fragility, Instabilidade, and the Failure of States: Assessing Sources of Systemic Risk*, Center for Preventive Action Working Paper (Nova Iorque: Council on Foreign Relations, Outubro de 2008).
- 56 “The 2012 Failed States Index,” *Foreign Policy* and the Fund for Peace, 2012, disponível em <http://www.foreignpolicy.com/failed_states_index_2012_interactive>.
- 57 “U.S. Declares Lebanese Bank a Major Money Launderer,” Associated Press, 11 de Fevereiro de 2011.
- 58 “President sacks transport minister over mysterious plane filled with cocaine,” Panapress, 5 de Agosto de 2008. Foday Morris Ceesay, “Interpol Helps Sierra Leone Police Discover A 40 Foot Container Stuffed with Cocaine,” *Sierra Leone Daily Mail*, 17 de Dezembro de 2011.
- 59 “West Africa 2012 ATS Situation Report,” Gabinete da ONU para a Droga e a Criminalidade, Junho de 2012.
- 60 Comfort Oseghale, “Shocker: Illegal Drug Factories Flourish in Nigeria,” *Punch*, 12 de Janeiro de 2013.
- 61 Graham Keeley and Paul Lewis, “The West African Connection: Drug Barons Find New Route on to the Streets of Britain,” *The Guardian*, 26 de Agosto de 2008. “Cocaine Trafficking In West Africa: The Threat to Stability and Development (com referência especial à Guiné-Bissau),” Gabinete da ONU para a Droga e a Criminalidade, Dezembro de 2007.
- 62 “The Transatlantic Cocaine Market,” Gabinete da ONU para a Droga e a Criminalidade, Abril de 2011. “The Global Afghan Opium Trade,” Gabinete da ONU para a Droga e a Criminalidade, Julho de 2011. “West Africa 2012 ATS Situation Report.”
- 63 “Mali seizes 750 kg cocaine,” Reuters, 4 de Janeiro de 2008.
- 64 Wolfram Lacher, *Organized Crime and Conflict in the Sabel-Sahara*, Carnegie Papers (Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, September 2012). “Panel 1 – Clarifying the Forces of Instability in Northern Mali,” Centro de Estudos Estratégicos de África, 6 de Fevereiro de 2013, disponível em <<http://africacenter.org/2013/02/video-priorities-for-stabilizing-mali-panel-discussions-at-acss/>>.
- 65 *The Globalization of Crime: A Transnational Organized Crime Threat Assessment* (Viena: Gabinete da ONU para a Droga e a Criminalidade, 2010), 34-36.
- 66 Davin O’Regan, *Cocaine and Instability in Africa: Lessons from Latin America and the Caribbean*, Africa Security Brief No. 5 (Washington, DC: National Defense University Press, Julho de 2010).
- 67 Francisco E. Thoumi, *Political Economy & Illegal Drugs in Colombia* (Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1995).
- 68 Para discussões adicionais relativas ao processo de reforma política e constitucional, ver “Roteiro das organizações da Sociedade Civil para o Período de Transição Política,” Organizações da Sociedade Civil, 14 de Março de 2013, disponível em <<http://www.casadosdireitos-guinebissau.org/2013/03/organizacoes-da-sociedade-civil.html>>.

- 69 “Constitutionnalisation de l’exploitation des ressources naturelles : ‘Réformer est toujours difficile. Chaque changement affecte des intérêts constitués’, déclare Pr Mamoudou Gazibo”, *Niger Diaspora*, 25 de Janeiro de 2011, disponível em <<http://www.nigerdiaspora.info/index.php/item/13136-constitutionnalisation-de-lexploitation-des-ressources-naturelles--re%CC%81former-est-toujours-difficile-chaque-changement-affecte-des-inte%CC%81re%CC%82s-constitue%CC%81s-de%CC%81clare-pr-mamoudou-gazibo>>.
- 70 *Roots of Conflicts in Guinea-Bissau: The Voice of the People* (Bissau: Voz di Paz and Interpeace, Agosto de 2010), 32-36 e 54-58.
- 71 Mathurin Hounnikpo, *Africa’s Militaries: A Missing Link in Democratic Transitions*, Africa Security Brief No. 17 (Washington, DC: National Defense University Press, Janeiro de 2012).
- 72 Dan Rice and Guy Fillepi, “One Cell Phone at a Time: Countering Corruption in Afghanistan,” *Small Wars Journal*, 2 de Setembro de 2010, disponível em <<http://smallwarsjournal.com/blog/journal/docs-temp/527-rice.pdf>>. Geoffrey Wong, “Can Mobile Phone Technology Help Address ANSF Abstenteeism?” Security Sector Reform Resource Centre, Novembro de 2, 2010, disponível em <<http://www.ssresourcecentre.org/2010/11/02/can-mobile-phone-technology-help-address-ansf-absenteeism/>>.
- 73 “M-Commerce in Sub Saharan Africa,” Ericsson Incorporated, Agosto de 2012, disponível em <http://www.ericsson.com/res/docs/2012/consumerlab/m-commerce_sub_saharan_africa.pdf>.
- 74 “DR Congo Banking on Wage Revolution for State Workers,” Agence France-Presse, 13 de Abril de 2013.
- 75 Tomislav Z. Ruby and Douglas Gibler, “US Professional Military Education and Democratization Abroad,” *European Journal of International Relations* 20, no. 10 (2010).
- 76 “Ex-Chefe de segurança de António Indjai em greve de fome,” Rede de Agências Noticiosas Portuguesa, 11 de Fevereiro de 2013, disponível em <<http://www.bissaudigital.com/noticias.php?noticia=2000331405>>.
- 77 Hounnikpo.
- 78 Zoltan Barany, *The Soldier and the Changing State: Building Democratic Armies in Africa, Asia, Europe, and the Americas* (Princeton: Princeton University Press, 2012). Peter Albrecht and Paul Jackson, *Security Sector Reform in Sierra Leone 1997-2007: Views from the Front Line* (Geneva: Geneva Centre for the Democratic Control of the Armed Forces, 2010).
- 79 “Fishermen Turn to Trafficking as Fish Profits Drop,” IRIN, 29 de Julho de 2008.
- 80 *Au-déla des compromis : les perspectives de réforme en Guinée-Bissau*, 24-25.
- 81 “Novo governo e alargamento à CPLP de força de estabilização em perspetiva,” *África Monitor*, 9 de Março de 2012, disponível em <<http://www.africamonitor.net/?p=287>>. *Relatório do Secretário-Geral sobre desenvolvimentos na Guiné-Bissau e sobre as actividades do Gabinete Integrada das Nações Unidas para a Consolidação da Paz naquele país*, (UN doc. S/2010/335, 24 de Junho de 2010), 11.
- 82 Morris Panner and Adriana Beltrán, “Battling Organized Crime in Guatemala,” *Americas Quarterly*, Outono de 2010.
- 83 *Police Reform in Guatemala: Obstacles and Opportunities*, Latin America Report No. 43 (Bruxelas: Grupo Internacional de Crise, Julho de 2012). *Guatemala: Squeezed Between Crime and Impunity*, Latin America Report No. 33 (Bruxelas: Grupo Internacional de Crise, Junho de 2010). “Commissioner Presents CICIG’s 2012-13 Work Plan at UN Headquarters,” International Commission Against Impunity in Guatemala, 6 de Setembro de 2012, disponível em <<http://cicig.org/index.php?mact=News,cntnt01,detail,0&cntnt01articleid=237&cntnt01returnid=105>>.
- 84 Andrew Hudson and Alexandra W. Taylor, “The International Commission against Impunity in Guatemala: A New Model for International Criminal Justice Mechanisms,” *Journal of International Criminal Justice* 8, No. 1 (Março de 2010).
- 85 “Crise política revela interesse internacional na Guiné-Bissau,” Deutsche Welle, 9 de Setembro de 2012.
- 86 “All at Sea Over Drugs,” Africa Confidential, 10 de Maio de 2013.
- 87 *Report of the Joint CEDEAO/AU/CPLP/EU/UN assessment mission to Guinea-Bissau*, (Addis Ababa: Conselho de Segurança e Paz da União Africana, 23 de Março de 2013).

SOBRE OS AUTORES

Davin O'Regan é Investigador Adjunto no Centro de Estudos Estratégicos de África. O seu endereço electrónico para contacto é: oregand@ndu.edu.

Peter Thompson é o Mediador da Comissão para a Reconciliação Nacional estabelecida pela Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. É também o Coordenador do Grupo Parlamentar Britânico Multipartidário para a Guiné Bissau e chefiou a observação pelo Grupo das eleições presidenciais da Guiné-Bissau em 2012. O seu endereço de email para contacto é: peter.thompson@guineabissau.org.uk.

CENTRO DE ESTUDOS E STRATÉGICOS DE ÁFRICA

Diretor Interino: Michael E. Garrison
National Defense University
300 Fifth Avenue, Building 21
Fort McNair
Washington, DC 20319-5066
Telefone: + 1 202 685-7300
Website: www.africacenter.org

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM DAKAR

Gerente Regional: Gerald Lefler
Telefone: 221 33 869 6158
Email: Gerald.Lefler@ndu.edu

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM ADIS ABEBA

Gerente Regional: Brad Anderson
Telefone: 251 11 130 6683
Email: AndersonBG@state.gov

PUBLICAÇÃO DE PESQUISAS

Director de Pesquisa: Dr. Joseph Siegle
Telefone: + 1 202 685-6808
Email: SiegleJ@ndu.edu



O CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

National Defense University
300 Fifth Avenue, Building 21
Fort Lesley J. McNair
Washington, D.C. 20319-5066
Telephone: + 1 202-685-7300
Web site: www.africacenter.org

